

WALDEZ GÓES

beneficia a sofrida periferia de Macapá



As obras de mobilidade urbana do Governo do Amapá estão alcançando os bairros periféricos de Macapá e os municípios interioranos. Serão mais de 800 toneladas de asfalto aplicados nas rodovias e vias de todo o Estado.

Página 4-5



Página 12-13



Página 20

PREFEITO CLÉCIO LUÍS
 Fazendinha e Bailique esquecidos pela sua gestão

CARNAVAL 2018
 Macapá terá bailes e vários blocos de rua e Santana o corredor da folia

Editorial

A crise econômica é justificativa recorrente no discurso dos gestores públicos quando o assunto é atraso ou falta de investimento em mobilidade urbana. Os municípios brasileiros tem um prazo legal de entregar seus planos até abril de 2019. Porém, devido os poucos recursos arrecadados e recebidos pelo FPM, tem inviabilizado no Amapá o cumprimento dessa determinação legal.

Dos 16 municípios amapaenses, a capital Macapá está elaborando seu PMUrb desde agosto de 2013, com o compromisso de entregar o referido projeto em 2014. Falta de calçadas, espaço para estacionamento de veículos e superlotação dos transportes coletivos são problemas de mobilidade urbana enfrentados todos os dias por quem mora em Macapá.

De acordo com a Campanha de Transporte e Trânsito de Macapá (CT-

MAC) o Plano de Mobilidade Urbana para Macapá foi iniciado no final do ano de 2015, mas ainda está em construção. Lá se vão três anos, e o motivo da sua não conclusão foi de que plano foi interrompido devido a outro projeto que tinha um prazo mais curto, e também por causa da reestruturação do transporte coletivo, que está acontecendo simultaneamente. Portanto, o plano de mobilidade para Macapá teve que ficar um passo atrás.

Enquanto o plano de mobilidade não é executado a população macapaense enfrenta dificuldades em se locomoção na capital. Um dos problemas encontrados é a falta de calçadas e falta de lugar para estacionar, principalmente no centro da cidade. Além da superlotação dos transportes coletivos ainda tem a demora nas paradas.

A mobilidade urbana refere-se às condições de deslocamento da população no espaço geográfico. E também ao trânsito de veículos e pedestres,

tanto particular quando coletivo. E com a falta mobilidade e acesso para as pessoas e carros transitarem, os riscos podem ser grandes de acidentes.

Mas este vácuo está sendo preenchido pela vontade política e capacidade de planejamento em enfrentar a crise do gestor estadual, Waldez Góes, que tem uma preocupação social, o bem estar do amapaense e colocou seu atual mandato totalmente voltado em beneficiar os cidadãos do Estado do Amapá, isso sem ver a cor ideológica dos gestores municipais.

Waldez Góes lançou em 2015 o Plano de Mobilidade Urbana para contemplar mais de 130 quilômetros de asfaltamento em todo o Estado com investimento de mais de R\$ 140 milhões, com execução dos serviços por administração direta e indireta. Entre os municípios com obras estão Macapá, Santana, Laranjal do Jari, Vitória do Jari, Mazagão, Calçoene e Porto Grande.

Nas últimas décadas o assunto acessibilidade e mobilidade vem sendo mais debatido na área de arquitetura e urbanismo, as cidades estão olhando com mais preocupação para criar espaços agradáveis e sustentáveis, na busca de um melhor estilo de vida para as populações.

Assim a mobilidade urbana acaba tendo grande impacto na economia local e na qualidade de vida das pessoas, pois a mobilidade não é só o transporte coletivo, tráfego e sinalização. Mobilidade é dá ao cidadão a possibilidade de andar nas ruas de seu bairro, com dignidade, calçamento, ruas limpas e asfaltadas com meio fio e esgotamento de águas pluviais.

Ajudando o cidadão a melhorar a fachada de sua residência, o ajardinamento de sua residência, de sua rua, de seu bairro, pois o seu imóvel está sem valorizado e ele vai se orgulhar de onde mora.

Esismando

O olho que tudo vê!



Pedro Velleda
Jornalista

No belo texto do irmão Kleber Nascimento, que trata do SER E ESTAR MAÇOM, diz que a transformação do Homem Profano para Homem Maçônico não ocorre de forma isolada e nem tampouco instantaneamente, mas de forma gradativa, perceptível, a partir da assinatura do requerimento e culminando com o ingresso nos Augustos Mistérios da Ordem.

SER MAÇOM ou ESTAR MAÇOM são duas condições totalmente distintas.

ESTAR MAÇOM é quando frequentamos as sessões, pagamos mensalidades e taxas, é quando participamos de uma atividade organizada e filantrópica, uma palestra, uma visita a outras Lojas, ou até mesmo quando meditamos sobre o nosso papel e partimos em busca da meditação interior, em busca da verdade.

Totalmente o oposto de SER MAÇOM, pois SER MAÇOM é um estado de espírito que deve caracterizar o membro presente a toda situação em



que pode ajudar e cooperar para que o mundo torne-se de alguma forma melhor.

SER MAÇOM é compreender que por mais poderosas, que sejam as forças externas elas devem ser dominadas pela energia que tem sede em sua própria personalidade. É ter consciência que sua presença discreta pode

dar apoio a novos projetos úteis à comunidade e constituir-se num valioso pilar de sustentação de valores mais nobres do indivíduo.

SER MAÇOM é ser o eterno estudante que busca o ensinamento diário, tirando de cada situação uma lição, e aplicar com êxito os princípios estudados. Desenvolvimento de sua intuição, força de vontade, e capacidade de ouvir e entender os outros.

SER MAÇOM é ser livre pensador, questionar o porquê de determinados acontecimentos, entendendo e vivenciando, com passos firmes para não tropeçar nos erros e vícios do passado,

O SER MAÇOM é aquele estado em que sem abandonar os hábitos de disciplina racional, a mente busca uma abrangência do universo, o conheci-

mento intrínseco dos fenômenos que estão ocorrendo, procurando desenvolver sua mente para estar atenta e acompanhar a evolução dos fatos, sabe como conhecer as sutilezas que envolvem suas origens, é como um oleiro que dá formas sutis ao barro bruto, enquanto que o Maçom modela sua própria consciência num confronto com sua própria personalidade.

Vivemos juntos e cruzamos com diferentes seres humanos que pensam e agem de maneira diversa da nossa, o que nos propicia as oportunidades de aprimorarmos o inter-relacionamento.

SER MAÇOM é despertar este sentido de compreensão do indivíduo e estar preparado para assisti-lo nos momentos de dificuldades.

O fato é que nós temos que desempenhar um papel mais complexo na sociedade e dar uma contribuição mais positiva.

Fraternidade, no limiar da palavra, se é que me entendes.

É fácil? De maneira alguma, mas estamos no caminho.

JAMILLE NASCIMENTO
Superintendente

REINALDO COELHO
Diretor de Jornalismo

LUCIANO SOUSA
Diretor Administrativo

JORGE LUIZ/3590AB-AP
Advogado

PEDRO VELLEDA
Revisão

FABRÍCIO FERRARI
Diretor de Mídia
Social e Diagramação



Propriedade: J.A.M. do Nascimento - CNPJ (MF) 07.902.625/0001-98

E-mail: tribuna.amapaense@gmail.com / Site: www.tribunaamapaense.com / Twitter: @tribunaamapaense
Endereço: Avenida Pedro Lazarino, 1633 - Buritizal - Macapá / AP

Os conceitos e opiniões emitidos em artigos e colunas, são de inteira responsabilidade de seus autores, e nem sempre refletem a opinião deste jornal.

Governo do Estado reforça equipes em hospitais durante o Carnaval



Da Editoria

às Unidades Básicas de Saúde (UBS) e técnicos de enfermagem.

Reforço de Carnaval Samu

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) do Estado atuará com 12 servidores, sendo duas equipes preparadas para as intercorrências, cada uma com quatro profissionais - 1 médico, 1 enfermeiro, 1 técnico de enfermagem e 1

UPA Zona Norte

A equipe terá aumento de 25% para o atendimento dos usuários. Serão 14 profissionais na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Zona Norte, sendo 8 técnicos de enfermagem, 3 enfermeiros e 2 médicos, além de outro em sobreaviso, caso haja a necessidade pelo aumento da demanda.

Hospital de Laranjal do Jari

Seis médicos darão o suporte durante o período para a unidade, sendo um clínico geral, um obstetra, um pediatra, um ortopedista, um cirurgião e um anestesista.

Além disso, a unidade aumentará em 20% a equipe de enfermagem para reforçar o atendimento de urgência e emergência, nos quatro turnos (manhã, tarde, noite e madrugada).

Hospital Estadual de Oiapoque

No período de 9 a 15 de fevereiro o Hospital irá contar com um médico clínico geral, um obstetra, um pediatra e um cirurgião geral. Além da equipe de enfermeiros e técnicos em enfermagem que trabalharão no regime de escala de plantões.

condutor - e mais quatro médicos na regulação, além de contar com o apoio das unidades do Samu dos municípios.

Hospital de Emergência

A unidade, além das escalas de plantões e sobreaviso médicos, terá um aumento de 20% na equipe de enfermeiros e técnicos de enfermagem, para garantir a assistência de porta de entrada, feita nos ambulatórios 1 e 2, e na clínica cirúrgica, onde se concentra a maior parte dos atendimentos.

Pronto Atendimento Infantil (PAI)

O PAI estará atuando com 16 médicos, sendo 9 pela manhã e tarde, e 7 durante a noite, além dos enfermeiros e



Muitas brincadeiras que iniciam na folia de carnaval, sem o devido cuidado e, principalmente com a grande ingestão de bebida alcoólica, acabam terminando nos hospitais. Para garantir o fluxo de atendimento neste período, o Governo do Amapá, definiu, junto à Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), o reforço de profissionais nas unidades durante o feriado.

No Estado, as principais festividades de carnaval irão se concentrar no município de Santana, por esse motivo, o atendimento no Hospital Estadual de Santana (HES) foi reforçado. As escalas estarão com um suporte assistencial de 20% a mais de servidores nos plantões. Além disso, haverá dois postos de atendimentos, um de triagem na Avenida Santana, onde irão se concentrar as festas organizadas pela Prefeitura Municipal de Santana (PMS) com o apoio do Governo do Estado do Amapá (GEA), e outro no próprio Hospital, que terá equipamentos e leitos reservados para atender os foliões encaminhados através dessa triagem.

Para que a assistência seja dada da melhor forma possível, a Sesa orienta que a população procure o HES somente nos casos que condizem ao atendimento de alta complexidade e emergência. Ocorrências de menor potencial, como pequenos cortes e demais ferimentos leves, devem ser direcionadas

Nas Garras do Felino



Salvadores da pátria

Um monte, mais um monte mesmo de "carnavalescos" com solução para o carnaval das Escolas de Samba. Na verdade, falta gestão nas respectivas agremiações, e por conta disso, responsabilizam o Estado pela ausência de desfile. Vamos evoluir galera.

Crise

Pela primeira vez o Clécio Luiz reconhece que o Brasil mergulhou numa crise econômica. Foi quando teve de justificar a falta de cumprimento das promessas de campanha, como as 10 Creches, por exemplo.

Teco que dá teco

O Teco, Secretário municipal não sei de que, resolveu cumprir o papel de ser a 'Pedra no Sapato' do GEA. Negou autorização para a realização da festa da Cidade de Macapá na Zona Norte, agora empomba para liberar a Beira Rio para os Blocos.

Medíocre

Importante para um Deputado Federal, mas um Senador da República alocar recurso para asfaltar uma via e ainda fazer festa. É muita mediocridade. Por isso está correndo do Senado.

Transando os bigodes

Haroldo Top Fiat, resolveu encarar mesmo a velha guarda da Assembleia. Depois do aviso que o presidente iria representar contra ele na Comissão de Ética, ele foi às Redes Sociais e reafirmou que a reforma estava superfaturada. Roseli arrematou: menino novo... Da Lua também era e quando entrou fez um reboiço na casa.

Mais dor de cabeça

Já está ocorrendo um movimento popular buscando coletar 100 mil assinaturas a fim de reduzir o orçamento da ALEAP e paralisar a obra de reforma da Casa. Parece que Haroldo Top Fiat vai ganhar a queda de braço hein! Quem viver verá.

Andança

Carlos Lobato não para, não para não. Nesse fim de semana ruma para Porto Grande e já contabiliza 44 viagens para o interlã. Campanha intensa e dizem, com possibilidade de ganhar um assento na ALEAP. As urnas irão responder.

Denúncia

Ministério Público Federal denunciou dez pessoas envolvidas na máfia dos uniformes. A Secretária de Educação da época Dalva Figueiredo, cinco funcionários da empresa e quatro da SEMED. Acho que falta gente aí.

Canelada

Desta vez a lei aprovada pela edilidade, tira definitivamente as vantagens dos funcionários efetivos da PMM. O Mentira Fresca meteu a mão no bolso dos Barnabés e desta vez teve a prestimosa ajuda dos representantes do Povo. Pouca vergonha. Te manca Crécio!

WALDEZ GÓES

beneficia a sofrida periferia de Macapá

As obras de mobilidade urbana do Governo do Amapá estão alcançando os bairros periféricos de Macapá e os municípios interioranos. Serão mais de 800 toneladas de asfalto aplicados nas rodovias e vias de todo o Estado.



Reinaldo Coelho

Elas não possuem nada. Falta de tudo. Ruas para trafegar, calçadas para caminhar e espaço para pedalar. A periferia de Macapá é desprovida de qualquer mobilidade. Não há a presença do poder público municipal fiscalizando, ordenando, disciplinando.

O subúrbio de Macapá vive à margem das regras urbanísticas, sem direito à qualidade de vida. Nada tem. Falta infraestrutura. Faltam consciência cidadã e civilidade, essenciais à mobilidade urbana de qualquer cidade ou bairro. Também não há campanhas educativas e a periferia está travada. Esquecida. Em diversos bairros, já travou.

A capital amapaense, tem uma população estimada em 2017 pelo IBGE de 474 706 habitantes, 20% residem nos chamados bairros de classe média, mais estruturados e atendidos. É em bairros da periferia, alguns próximos ao Centro, mas extremamente carentes de infraes-

trutura, onde reside 80% da população macapaense. Se as classes média e alta estão sofrendo com a discrepância, entre a invasão de automóveis nas ruas e os investimentos em soluções de mobilidade para a população, imaginem aqueles que vivem em bairros periféricos.

Lugares onde vielas de cinco metros são consideradas avenidas, por onde ônibus se espremem para embarcar e desembarcar o trabalhador, antes de entrar nos grandes corredores viários da cidade. Ruas quase sempre sem sinalização de trânsito e tomadas por lixo e obstáculos de todo tipo.

E isso acontece em Macapá pela simples falta de investimento da atual administração municipal nos serviços essenciais na periferia da capital. Os moradores desses bairros sentem-se abandonados e desprezados pelo prefeito Clécio Luís, que só enxerga o centro da cidade, e mesmo assim com ações oportunistas e paliativas. São cinco anos de uma gestão nefasta para o ir e vir do cidadão, para a vida dos macapaenses.

O Governador Waldez Góes, ao iniciar o seu terceiro mandato no poder Execu-

tivo do Amapá, direciona o seu governo no sentido de cuidar das cidades e de sua gente, partindo por um Plano humanizado de Mobilidade Urbana em todo o Amapá, para sanar os graves problemas enfrentados pelos amapaenses, trazendo prejuízos físico, mental e econômico.

O que falta é um bairro digno para o indivíduo viver, com o mínimo necessário, com autoestima e seu patrimônio valorizado.

Plano de Mobilidade Urbana

Desde 2015 diferentes pontos do Amapá são beneficiados com serviços do Plano de Mobilidade Urbana que contempla o interior e bairros da capital amapaense com obras de drenagem, terraplanagem, pavimentação, acessibilidade, meio fio e sinalizações. Atualmente, devido ao período de estiagem, os trabalhos estão avançando em Macapá, Santana e Laranjal do Jari. Além disso, o Governo do Estado mantém ações de pavimentação no município de Porto Grande.

Waldez Góes aposta na importância das obras de mobilidade urbana, de grande importância socioeconômica e que trazem impactos positivos para os demais setores, como saúde e segurança.

O governador ressalta que o serviço é completo, incluindo drenagem adequada das águas pluviais, uma etapa do saneamento básico que consiste em um conjunto de obras e equipamentos projetados para receber o escoamento das águas da chuva. Além de prevenir inundações, a drenagem evita a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, da chikungunya e do zika.

O gestor destaca a concepção urbanística que garante segurança no trânsito, o que trará reflexos para a saúde pública, uma vez que, atualmente, cerca de 70%

dos atendimentos do Hospital de Emergência de Macapá são traumas decorrentes de acidentes de trânsito. “Com uma cidade bem estruturada dentro da mobilidade urbana, diminuiremos a transmissão de doenças e o número de acidentes de trânsito”, enfatiza o governador.

Nestes três anos de governo, Macapá e Santana foram os maiores beneficiados pelos investimentos em Mobilidade Urbana, isso se deve que as duas cidades terem o maior número de habitantes do Estado.

Macapá

De acordo com a Secretaria de Estado de Transportes (SETRAP), o Plano de Mobilidade Urbana de Macapá já alcançou oito bairros da Zona Norte como Infraero, Parque dos Buritis, Novo Horizonte e Ipê, onde foram previstos 33 quilômetros (dos quais 10 km já foram concluídos em 2017) de serviços que incluem drenagem, terraplanagem, pavimentação, meio-fio e sinalização. As obras, focadas no corredor viário, facilitam o sistema de transporte urbano de Macapá que era muito prejudicado em função de vias sem condições de tráfego.

Renascer II

Na Zona Norte já foi iniciada a limpeza e terraplanagem em 1.300 metros de ruas e avenidas no bairro Renascer II. O serviço antecede a pavimentação, que começa em breve. A chegada do asfalto no bairro é um sonho antigo dos moradores.

Os serviços estão sendo executados por administração direta da Secretaria de Estado dos Transportes (SETRAP) e vão alcançar sete vias do Renascer II: Alameda Humanismo, Creta, Atenas, Esparta, Roma, Constantinopla e Mar Vermelho. Outro serviço que será executado pela





SETRAP é a instalação de manilhas (tubos de esgoto) nas avenidas Constantino-pla, Bizâncio e Alameda Humanismo.

Zona Oeste

As obras estão aceleradas, mesmo com o período invernos, avançando na Zona Oeste da cidade, onde vivem aproximadamente 60 mil pessoas. Os serviços de duplicação de 17 quilômetros da Rodovia Duca Serra; a primeira etapa, com mais de 3 quilômetros, próximo à entrada da ponte da Lagoa dos Índios, já foi concluída. A meta é complementar o alargamento da Duca Serra.

Entorno da Duca Serra – LINHA VERDE

As obras de asfaltamento em 2.500 metros da Linha Verde – localizada na Linha “E” da Rodovia AP-440, conhecida como Km 9, tiveram início. A via interligará as zonas norte e oeste de Macapá, faltando apenas 2.000 metros de terraplanagem e pavimentação.

A Linha Verde já passou por serviços de limpeza e drenagem e já foram concluídos 2.500m que estão sendo preparados na via para o asfaltamento com a aplicação do Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ).

O serviço executado também já contemplou 1.000 metros de terraplanagem, faltando a conclusão de mais 1.000 metros para, posteriormente, receber a pavimentação. O trabalho deve ser concluído neste fim de mês.

Com a interligação das zonas norte e oeste da capital, o percurso de quem precisa chegar ao bairro Infraero I, por exemplo, será encurtado de 16 km para 5 km, ao passar pela Rodovia AP-440.

Com extensão de 4,5 km, a via contará com asfalto do trecho que vai do bairro

Parque dos Buritis até à rodovia Norte/Sul, no bairro Infraero I, na zona norte da cidade. E na Zona Sul estão o Pedrinhas e Jardim Marco Zero, incluindo a área do Seringal.

Nestes dois bairros em torno de 20 ruas estão sendo contempladas com os serviços da SETRAP, cinco já receberam asfalto: David Nunes de Lima, Lucimar Del Cartilha, Jorge Luiz Barata, Dr. Valter da Silva Pacheco e Samuel Trajano de Souza.

Em outra frente, a SETRAP atua na limpeza e terraplanagem do local onde será construída uma unidade do Hospital do Câncer de Barretos, na zona norte de Macapá.

Buritizal

O Governo do Amapá aproveita o período de trégua das chuvas para dar celeridade às obras de asfaltamento da Avenida 13 de Setembro, do perímetro da Rua Minas Gerais até o Residencial Jardim Açucena. Mais de sete mil pessoas irão morar no conjunto e já vão ser recebidas com a via pavimentada.

O projeto também prevê a duplicação da Avenida 13 de Setembro, construção de ciclovia e passeio público, estacionamento e sinalização vertical e horizontal, para aumentar a segurança da população.

Mudanças no trânsito

O cruzamento da Avenida 13 de Setembro com a Rua Minas Gerais passará por mudanças. O semáforo será retirado e já está sendo construído um retorno que dará maior fluidez ao trânsito, principalmente, para quem trafega pela Rodovia Duca Serra.

Segundo o fiscal de mobilidade urbana de Macapá, Orzanelle Magno, a via que está sendo pavimentada recebeu

serviços de terraplanagem, drenagem superficial e profunda para a captação das águas das chuvas, que serão direcionadas para o canal da Rua Minas Gerais.

Santana

O Plano de Mobilidade Urbana de Santana tem investimento de R\$ 38 milhões do Estado. As obras de mobilidade já chegaram em locais como as avenidas Santana, Stélio de Oliveira, e rua Adávaro Cavalcante. No centro do município, os trabalhos se concentram nas avenidas Princesa Isabel, entre as ruas Adávaro Cavalcante e Salvador Diniz.

As vias foram escolhidas, em virtude de serem as principais que passam pelos extremos do município e, também, as que são rotas das linhas de ônibus. Atualmente, há equipes trabalhando durante a estiagem, em algumas ruas o serviço de drenagem e terraplanagem estão adiantadas. Em outras a pavimentação já chegou. A previsão de entrega primeiro semestre de 2018.

Laranjal do Jari

Na região Sul do Estado o plano de mobilidade urbana segue nos municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari com a reconformação (raspagem e nivelamento das vias) e revestimento primário.



O maquinário começa a compor o canteiro de obras de mobilidade urbana da cidade que prevê 22 quilômetros de asfaltamento de ruas do corredor viário da cidade. Deste total, cinco quilômetros fazem parte de uma frente que já está sendo realizada pela SETRAP com recursos da administração direta e com a implantação da usina de asfalto do Estado. Trata-se de um investimento de R\$ 25 milhões.

As máquinas estão na rua Esplanada e irão abranger as ruas da Saudade, da Usina, do IFAP, Independência, Emílio Médici e Rio Jari.

Porto Grande

As obras de terraplanagem e pavimentação já iniciaram em Porto Grande. Os serviços se concentraram inicialmente nas vias dos bairros Manoel Cortez e Nova Esperança; serão executados via administração direta da SETRAP e fazem parte do pacote de ações que o Governo do Amapá tem realizado em todos os municípios amapaenses.

Já nos municípios de Ferreira Gomes, Calçoene e Itauba, o trabalho inclui a recuperação das vias, operação

tapa-buraco e revestimento primário.

Ramais

O governo do Estado vem trabalhando, ainda, na recuperação dos ramais pelo interior, para minimizar o desgaste das vias com o período chuvoso. Só em 2017, foram recuperados 267.700 metros de estradas vicinais e ramais.

São serviços de reconformação, retirada de pontos críticos, aberturas de valetas, lançamento de aterro e terraplanagem. Entre os ramais contemplados estão: Tessalônica; Limão 2 e 3; Piaçacá 2 e 3; Vai Quem Quer; Chapolim; São José; Mineiro; Carmo do Maruanum; Igarapé do Lago; Conceição do Maruanum; Pirativa 1 e 2; Matão do Piaçacá; Ariri; Alemão; Goiabal, em Macapá; Goiabal, em Calçoene e ramal que dá acesso ao distrito do Lourenço, também em Calçoene.

+800 toneladas de asfalto

O Governo do Amapá já utilizou mais 750 toneladas de asfalto na cobertura das ruas e rodovias de Macapá. A Rodovia JK já recebeu 120 toneladas de asfalto no trecho que corresponde ao início da rotatória do Monumento Marco Zero até à entrada da ponte do Igarapé da Fortaleza.

O trabalho faz parte do serviço de recapeamento e tapa-buraco iniciado pela Secretaria de Estado dos Transportes (SETRAP), nas áreas urbanas das rodovias JK e Duca Serra, que compreendem a área metropolitana da capital.

Rodovia Duca Serra

Na Rodovia Duca Serra os serviços vão receber 130 toneladas de asfalto. O recapeamento são camadas de rolamento para resistir às deformações permanentes em vias de tráfego pesado. Ele está acontecendo no trecho que inicia no entroncamento da Duca Serra com a AP-440 até à frente do condomínio Jardim Europa.

Já a operação-tapa buraco vem sendo executada no trecho próximo ao 34º Batalhão de Infantaria e Selva (BIS) do Exército, no bairro Alvorada e se estenderá até o município de Santana.

Este mesmo serviço de recapeamento e tapa-buraco será feito nos municípios de Porto Grande e Oiapoque, sendo 250 toneladas de massa asfáltica em Porto Grande e 120 toneladas em Oiapoque.





Direito Eleitoral

Besaluel Rodrigues



O COMBATE JURÍDICO À CORRUPÇÃO NO BRASIL – III

Hoje vamos ver a Ação de Impugnação de Registro de Candidatura – AIRC. É outro instrumento jurídico criado antes da Constituição de 1988, que pode ser utilizado no combate ao abuso do poder econômico no processo eleitoral. Prevista no Código Eleitoral, arts. 94 e 97, §3º, hoje combinado com o art. 3º da Lei Complementar n. 64/90 (Sobre Ação de impugnação de registro de candidatura consulte: Adriano Soares da Costa, Teoria..., p. 195-228; José Néri da Silveira, Aspectos do processo eleitoral, Porto Alegre: Livraria do Advogado, p. 29-48).

Diz o Código Eleitoral, arts. 94 e 97: “Art. 94. O registro pode ser promovido por Delegado de partido, autorizado em documento autêntico, inclusive telegrama de quem responda pela direção partidária e sempre com assinatura reconhecida por tabelião” e “Art. 97. Protocolado o requerimento de registro, o Presidente do Tribunal ou o Juiz Eleitoral, no caso de eleição municipal ou distrital, fará publicar imediatamente edital para ciência dos interessados... §3º Poderá, também, qualquer eleitor, com fundamento em inelegibilidade

de ou incompatibilidade do candidato (...), impugnar o pedido de registro, dentro do mesmo prazo (dois dias/art. 97, &se ct;2º, CE), oferecendo prova do alegado”. Diz a Lei Complementar n. 64/90, “Art. 3º Cabe-rá a qualquer candidato, a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do pedido de registro de candidatura, impugná-lo em petição fundamentada”.

É uma ação que sonda o exato momento em que o candidato, devidamente escolhido em convenção partidária, que tenha preenchido todos os requisitos legalmente exigidos por lei, chega à Justiça Eleitoral com o intuito de oficializar sua candidatura perante a sociedade.

Caso o ex-presidente Lula insista em se candidatar de novo, neste ano de 2018, mesmo estando condenado duas vezes, no 1º e 2º graus, nos termos da Lei da Ficha Limpa, será nesta ação que sua candidatura será questionada.

A Ação de Impugnação de Registro de Candidatura - AIRC, será utilizada para combater e punir aqueles que porventura estiverem envolvidos com o abuso do poder econômico e queiram, de alguma for-

ma, burlar a lei.

Ressalte-se, desde logo, que o pedido de registro de candidatura é uma ação de jurisdição voluntária - APRC – Ação de Pedido de Registro de Candidatura, com seus legitimados definidos no art. 94, CE, sem contraditório. Isso fará da Ação de Impugnação de Registro de Candidatura - AIRC, uma ação de jurisdição contenciosa e de natureza incidental. Será julgada em conjunto com a Ação de Pedido de Registro de Candidatura - APRC e o mesmo julgador dará a sentença pertinente a cada uma, sendo ambas autônomas por perseguirem objetivos opostos.

O prazo para sua apresentação em juízo é de 5 (cinco) dias (LC 64/90, art. 3º), começando a fluir após a publicação do pedido de registro de candidatura.

Vejamos como a Ação de Impugnação de Registro de Candidatura -AIRC combaterá o abuso do poder econômico no processo eleitoral.

Quando alguém se predispõe a sair candidato em um pleito, legalmente necessita preencher alguns requisitos. É na verificação de alguns desses requisitos que a Ação de Impugnação de Registro

de Candidatura - AIRC poderá descobrir o envolvimento de um candidato com ações ilegais do poder econômico. Quando o candidato apresenta as certidões criminais exigidas para a instrução de seu pedido de registro de candidatura, elas poderão denunciar condenações anteriores do pretense candidato, demonstrando ser o mesmo portador de inelegibilidades cominadas advindas de práticas de abuso do poder econômico no processo eleitoral (Adriano Soares da Costa, Teoria..., p. 206-9). Em tese, é preciso que o cidadão, para ser candidato em alguma eleição, seja idôneo. Se está cumprindo pena, necessita restaurar seu estado de idoneidade para que seja admitido nos pleitos eleitorais.

Os legitimados são os Partidos Políticos, as Coligações, os candidatos e inclusive os pré-candidatos e o Ministério Público Eleitoral. O eleitor não possui essa prerrogativa, porque a lei é taxativa na listagem dos eventuais proponentes desta ação.

A ação deve ser proposta perante o mesmo juízo competente para conhecer do registro de candidatura. Até a próxima oportunidade.

Enxugando gelo político

Adilson Roberto Gonçalves

A corrida eleitoral presidencial vai tomando alguma forma, ainda que parem muitas nuvens e incertezas de prognósticos nos cenários previstos, estudados e colocados a testes em pesquisas de intenção de voto. Articulistas e personalidades exaram suas opiniões na mídia impressa e podemos tirar algumas conclusões dessa ponta de iceberg democrático, ainda que o gelo derreta e se remodele rapidamente.

A morte física ou política traz benefícios para os herdeiros. Marina Silva somente teve um protagonismo nas eleições de 2014, vendendo seu apoio ao ilibado Aécio Neves no segundo turno, porque Eduardo Campos morrera. Esse é o medo por trás da análise de Leandro Colon, quando questiona se “políticos anti-Lula blefam ou de fato querem enfrentá-lo nas urnas?” (Folha de S. Paulo, 22/1). Não é à toa que outros possíveis candidatos petistas passam a ser alvo de investigações inusitadas. Vivemos quase uma dis-

topia política: de um lado, a esquerda não consegue produzir um nome viável além de Lula; de outro, os conservadores patinam entre a cruz e a espada, ou seja, entre um candidato “santinho” e outro caricatura de militar.

A avaliação de Hélio Schwartsman é clara, ainda que tendenciosa, também ao se perguntar se “Lula foi condenado sem provas?” (23/1). Apresentar provas e provar algo são questões distintas que o articulista toma como idênticas. Mas foi apropriada a comparação com o árbitro de futebol, uma vez que, nesse esporte, a principal causa de dúvidas é o impedimento, que depende – literalmente – de dois pontos de vista: de onde partiu a bola e onde estava o jogador que a recebeu. A base da decisão colegiada vai por aí, superando o julgamento monocrático, caso fosse totalmente isenta, o que não parece ser, haja vista a declaração antecipada do presidente do órgão julgador e as manifestações de juizes e assessores nas redes sociais. Há algo de muito errado quando o julgamento se dá entre um juiz e um réu, não entre provas e crimes ou entre um eventual criminoso e a sociedade, como deveria ser o comportamento de um órgão que fala em nome do povo. A exposição midiá-

tica de desembargadores com discurso político não é saudável para a Justiça, ferindo de morte o conceito basilar de que o juiz fala nos autos apenas. Mas não é o Brasil que queremos e, sim, o que temos. Façamos o melhor, enquanto permitirem.

O resultado do julgamento de Lula em segunda instância foi o do mercado, esperando um 3x0 para apaziguar a bolsa de valores e as gentes de bens. Agora, é só enfiar goela abaixo do povo a reforma da Previdência e a liquidação da patrimônio público, com Supremo, com tudo. E a Pátria continua sendo subtraída em tenebrosas transações, como diz a música.

Foi precisa – além de necessária, permitindo o trocadilho – a análise de André Singer ao afirmar que “Lula inelegível coloca a democracia em estado de suspensão” (27/1). Ao fazer uma avaliação histórica, mostra o quão político foi o julgamento de Lula, com consequências além do combate ao crime e suposta moralização. Nesse sentido, é surpreendente como uma entrevista com a presidente nacional do PT pode ficar batendo apenas na mesma tecla da hipótese de Lula ser candidato mesmo preso. Gleisi Hoffmann deixa claro que isso não é discutido e per-

de-se a oportunidade de saber quais são as estratégias do partido para os arranjos estaduais e composição de base parlamentar no Congresso Nacional, haja vista a situação atual. Faltou ali um pouco do jornalismo de qualidade, para ir além das perguntas preparadas. É também o jornalismo que deverá criar e praticar os instrumentos para coibir as fake news, outro ingrediente imponderável nas eleições deste ano, lembrando que boa parte dessas anti-notícias tem origem nos próprios veículos de informação. A ciência tem introduzido as boas práticas de conduta e muitos artigos têm sido retirados, despublicados, em função de fraudes. Causa mal-estar e alvoroço, mas é melhor cortar na própria carne do que ter suas vísceras abertas por terceiros.

Assim, mesmo com todo o estardalhaço envolvendo candidatos e moralizações tendenciosas, parece que nossas feridas sociais continuam abertas e somente a gélida lambida do voto não será suficiente para aplacar a infecção.

Adilson Roberto Gonçalves, pesquisador no IPBEN – Unesp de Rio Claro, membro da Academia Campineira de Letras e Artes e da Academia de Letras de Lorena.



ADRIMAURO GEMAQUE (adrimauros@gmail.com)
Analista do IBGE e Articulista expressa seus pontos de vistas em caráter pessoal

Análise

A evolução demográfica de Macapá nos seus 260 anos!

A cidade de Macapá, que neste dia 4 de fevereiro completa 260 anos de fundação, tem a sua origem a partir de um destacamento militar. Segundo o historiador Edgar Rodrigues, (...) a história da cidade de São José de Macapá remonta aos idos coloniais e está relacionada à defesa e fortificação das fronteiras do Brasil, bem como à preocupação de garantir a fixação do homem em terras brasileiras, assegurando, assim, a soberania de Portugal nas terras conquistadas.

Ainda segundo o mesmo historiador, o núcleo de colonização tem sua origem em 1738, após vários conflitos com os franceses de Caiena.

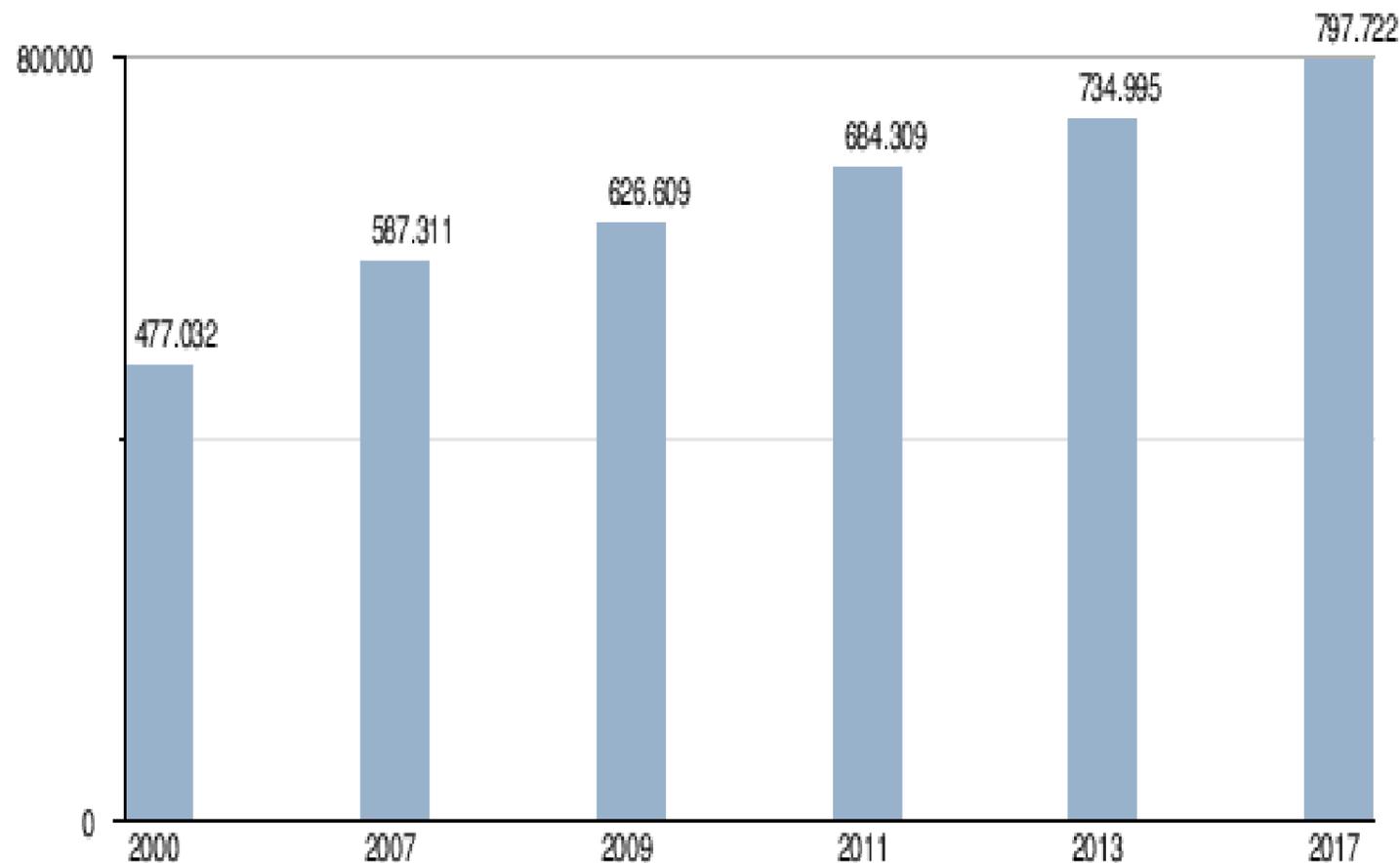
Porém, foi o governador do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que elevou Macapá à condição de vila em 4 de fevereiro de 1758. São mais de dois séculos e meio depois da sua criação.

Macapá foi elevada à condição de cidade, em 6 de setembro de 1856, pela Lei n.º 281. Sua divisão político-administrativa ocorre no ano de 1911. O município é constituído como sendo o distrito sede.

Quando Macapá foi elevada à condição de vila, em 1758, não constavam registros oficiais sobre a população, por ela pertencer à Província do Grão Pará. Os primeiros dados oficiais sobre a demografia macapaense remontam do Recenseamento Geral do Brasil de 1872. Eram 876 habitantes, sendo 734 livres e 142 escravos, ou seja, 19,34% da população de Macapá eram de origem escrava. O que chama a atenção é que nos dados do mesmo censo (1872) a população de Mazagão era maior que a de Macapá. Mazagão tinha 2.222 habitantes, sendo 2.195 livres e 77 escravos.

Em 1872, num Brasil Imperial e pela sua extensão territorial, foi um desafio a logística para realizar o primeiro levantamento da população brasileira. Porém, tratava-se de um das políticas inovadoras do imperador D. Pedro II.

Um estudo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (2013) aponta que por ocasião do Censo de 1872 a população escrava representava 15,24% dos habitantes do Brasil. O que se constata é que no mesmo Censo a mesma população em Macapá representava 19,34%. Como se vê, percentual acima da média do



Brasil. Mazagão registrava apenas 3,5% de escravos entre os seus residentes.

O Recenseamento de 1900 levantou que em Macapá existiam 6.707 moradores. Então, em 28 anos que compreenderam o Censo de 1872 e o de 1900 a população aumentou em 5.881 habitantes. No Recenseamento Geral de 1920, a população que foi contabilizada ficou em 18.387 moradores, ou seja, houve crescimento de 31,98%, em relação ao censo anterior. Já no Recenseamento Geral de 1940, o último antes da criação do território federal do Amapá, que ocorreu em 1943, a população de Macapá era de 16.234 habitantes, sendo 1.012 na zona urbana e 15.222 na zona rural. Na nossa Macapá dos anos de 1940 a população se caracterizava essencialmente rural.

Com a criação do território federal do Amapá, em 13 de setembro de 1943, pelo Decreto Lei Federal n.º 5.812, surge então uma nova unidade federativa no Brasil. Através do Decreto-lei Federal n.º 5.839, de 21 de setembro de 1943, uma nova divisão político-administrativa dividia o Amapá em três municípios: Amapá, Mazagão e Macapá. Já através do Decreto Lei Federal de 31 de maio de 1944, Macapá é investida na categoria de capital do novo território federal do Amapá.

Com isso, os dados do Recenseamento Geral de 1950 nos revelam que Macapá, como a capital do então território federal, possuía 20.594 habitantes. Assim, podemos constatar que se passaram 128 anos para que a população de Macapá chegasse acima de 20 mil habitantes, ainda com predominância rural. Todavia, a inversão dessa taxa de ocupação de Macapá começa a ser alterada com a criação dos municípios de Ferreira Gomes, Santana e Serra do Navio, através da Lei Federal n.º 7.639/87. Depois, com a elevação dos distritos de Porto Grande e Itaúbal do Pírim à categoria de municípios, pelas leis estaduais n.º 03 e 05/1992, respectivamente. Os cinco municípios criados tiveram suas áreas remanescentes do município de Macapá.

Essa constatação se confirma no Censo Demográfico de 2000. Macapá possuía 283.308 habitantes, sendo 270.628 na zona urbana e 12.680 em área rural, ou seja, 95,32% estavam ocupando a zona urbana do município. O Censo Demográfico de 2010 nos revelou que este percentual de ocupação da área urbana pela população aumentou: eram 380.937 na zona urbana e 16.976 na zona rural. Assim, o percentual ocupado na área urbana passa para 95,55% do total de moradores de Macapá. Evidentemente que a alteração na taxa de urbanização da

população de Macapá sofreu também influência de outros fatores, como o êxodo rural e a emigração, que contribuíram sem dúvidas para essas alterações no espaço geográfico. A emigração registrada pelo Censo de 2010 apontou que 32% dos residentes em Macapá não haviam nascido no município.

Macapá ocupa a 53ª posição, em termos populacionais, no ranking dos 5.570 municípios de todo o país. Seus habitantes são jovens, a faixa etária com maior grupo populacional é de 10 a 14 anos. Foi o que revelou o Censo de 2010. Eram 45.057 jovens, que representavam 11,82% do total. Entretanto, não podemos deixar de registrar que o envelhecimento, um fenômeno mundial, alcança também Macapá. Em 2010, eram 20.508 pessoas com mais de 60 anos residindo em Macapá, dentre elas 132 tinham mais de 100 anos.

A população da Macapá atualmente é estimada em 474.706 habitantes, e possui densidade demográfica de 62,14 hab/km². Macapá fincou suas raízes nas margens do majestoso rio Amazonas. Cresce olhando para a Fortaleza de São José em respeito aos seus baluartes, símbolo da arquitetura portuguesa que embeleza a sua paisagem. Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1872, 1900, 1920, 1940, 1950, 2000 e 2010)

BLOCO RESPONSA

QUEM SE CUIDA

VEM ATRÁS!

TRÂNSITO NÃO
RIMA COM
CONFUSÃO.
CONGESTIONOU?
BUZINOU?
FIQUE NA PAZ!



2º Caderno



PREFEITO CLÉCIO LUÍS

Fazendinha e Bailique esquecidos pela sua gestão



Página 12-13

Os distritos de Fazendinha e do Bailique estão sofrendo com o descaso da atual gestão municipal. Ruas alagadas e escuras, paradas de ônibus inexistentes, são alguns dos problemas dos bairros de Fazendinha. Bailique sem decisão técnica para aliviar o fenômeno das “Terras Caídas” que está destruindo a Vila Progresso e outras comunidades.

PECUÁRIA: Roubo e furto de gado traz um prejuízo de R\$ 58 milhões para o Amapá e Pará

Reinaldo Coelho

Parcerias entre Amapá e Pará para combater o crime pecuário uniu os órgãos públicos e privados.

“Existe uma estratégia de enfrentamento ao crime organizado que é o compartilhamento de informações, sejam de entes públicos em todas as esferas, seja da sociedade civil, então só isso já teria valido a pena a gente parar uma manhã como essa e debater estratégias para enfrentar o problema”, disse Jesus Pontes, presidente da Associação de Criadores do Amapá, que estima um prejuízo de mais de R\$ 50 milhões entre 2015 e 2016 com o roubo e furto de gado.

“A partir de agora temos a responsabilidade de buscar as saídas para criar as devidas composições para que, o mais rápido possível, possamos ter resultado de nossas ações”, afirmou o gerente-geral da Adepará, Luis Pinto, que se encontrava em Macapá durante o encontro em que foram envolvidos os pecuaristas e órgãos públicos dos Estados do Pará e Amapá para montar estruturas para minimizar os prejuízos com o roubo e furto de gado no seus Estados.

O Estado do Pará que tem na região do Marajó a concentração de bubalinos e no município de Chaves, por exemplo, a perda anual é de cerca de R\$ 8 milhões.

Montar parcerias

Para criar estratégias de combate a esses crimes os dois Estados se uniram e promoveram um encontro em Macapá organizado pelas Agências de Defesa e Inspeção Agropecuária do Amapá (DIAGRO) e Defesa Agropecuária do Pará (ADEPARÁ), o evento reuniu pecuaristas e órgãos públicos dos dois estados para montar estratégias de combate a furtos e roubos de gado. E, também aumentar o controle sanitário animal nas regiões costeiras do Amapá e Ilha do Marajó (PA). A reunião aconteceu no auditório da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN), na zona central da capital amapaense.

Entre as ideias sugeridas no encontro estão a criação de delegacias especializadas, aumento do efetivo das Polícias Civil e Militar nas regiões e o estabelecimento de um Protocolo de Intenções entre todas as enti-



dades envolvidas no controle sanitário dos dois Estados.

O diretor-presidente da DIAGRO, José Renato Ribeiro, se mostrou otimista com a iniciativa. “Pela primeira vez conseguimos organizar este encontro e, com certeza, terá avanços e futuramente teremos resultados positivos”, declarou.

Combate

Apesar do prejuízo financeiro as ações promovidas pela Associação de Criadores do Amapá e outros órgãos públicos do Estado mostram a diminuição significativa do crime. Em 2016, por exemplo, a redução foi de 20% em relação à 2017. Já no ano passado a queda foi bem mais acentuada – cerca de 80%. Mesmo assim, os índices de roubo e furto de gado ainda são considerados altos pela ACRIAP.

O presidente da entidade, Jesus Pontes, também se mostrou otimista com o bom nível dos debates. “Existe uma estratégia de enfrentamento ao crime organizado que é o compartilhamento de informações, sejam de entes públicos em todas as esferas, seja da sociedade civil. Então só isso já teria valido a pena a gente parar uma manhã inteira e debater estratégias para enfrentar o problema”, avaliou o presidente da ACRIAP.

O delegado César Augusto Vieira, titular da delegacia de município de Calçoene e Pracuúba (Região dos Lagos), uma região

promissora da pecuária amapaense detalhou as ações que vem executando nessas localidades e que estão sendo bem recebidas pelos pecuaristas locais, pelo sucesso

que vem promovendo na queda de roubos de gado na região.

O delegado detalhou as dificuldades que enfrenta para executar o combate, principalmente na questão do número de efetivos e estrutura na Polícia Judiciária que é a que trabalha na investigação, porém, diante de todas as demandas que lhe chegam diariamente nas delegacias de sua responsabilidade. “Como estou atuando junto as delegacias de Pracuúba que envolvem os interiores de Tartarugalzinho e Amapá, uma região vasta de criação de gado, principalmente de bubalino. Diante do que temos ouvido da população, aqueles que tem sofrido com esse tipo de conduta ilícita, resolvemos estabelecer algumas prioridades pra o combate de forma efetiva desses criminosos, essas pessoas que voltam sua atividade principal em praticar o crime ao animais”.

A DIAGRO, de acordo com o delegado César Augusto, tem um papel importante no aspecto administrativo e gerencial, voltado ao controle dos rebanhos, ao controle dos pecuaristas, da região e das áreas, principalmente nas questões de vacinação da febre aftosa. “É um controle muito importante começarmos de forma mais sintonizada, com as polícias Civil e Militar em cooperação com a DIAGRO. Justamente para fornecer uma situação de controle tanto na questão da sanidade dos animais, que sabemos todo a parte criminal envolvendo esse tipo de condutas, esses animais acabam ficando sem controle. Pois os animais, objetos de crime, não passam por um controle rigoroso e isso acaba trazendo uma série de

consequências a economia do Estado”.

O médico veterinário, Slow Barbosa, da ADEPARÁ, confirmou que o município de Chaves registra anualmente um grande número de animais que desaparecem em fazendas da região. “São cerca de 4 a 5 mil cabeças de gado que são roubadas ou furtadas. E na maioria das vezes, elas são vendidas de forma clandestina, o que causa um prejuízo maior para a economia local, que deixa de arrecadar com os impostos”, finalizou.

Em agosto está prevista a realização de um Fórum em Chaves para avaliar o que



avançou desde essa primeira reunião e planejar novas ações.

A parceria de envolver os órgãos de defesa estaduais e federais, Polícia Civil, Polícia Militar, Secretaria de Segurança Pública, Ministério Público e Capitania dos Portos nas ações de fiscalização e apreensão de roubo/furto. – A reativação de termo de cooperação técnica entre Pará e Amapá. – Intensificação de medidas de fiscalização e controle dos produtos de origem animal que são disponibilizados para o mercado consumidor. – Treinamento de polícia técnica do Estado do Pará e Amapá para verificação em casos de roubo de animais. – Criação de um fórum permanente de discussão. – Criação de delegacia especializada na investigação do roubo de gado.



Lei de Informática pode reaquecer mercado de Tecnologia da Informação no Amapá

Reinaldo Coelho

As instituições do Amapá voltadas à Pesquisa e Desenvolvimento, e que sejam sem fins lucrativos, possuem, desde dezembro de 2017, graças a tratativas do governador Waldez Góes em Brasília, o direito de acessar benefícios da Lei de Informática da Zona Franca de Manaus (ZFM) para alavancar seus projetos. Para isso, precisam se credenciar ao Comitê de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia (Capda), formando um ecossistema amapaense de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação atrativo para as empresas instaladas em Manaus.

Na quinta-feira, 8, teve início no auditório do Museu Sacaca, o seminário “A Inserção do Amapá na Lei de Informática e a Indústria 4.0”, desenvolvido em parceria pelo Governo do Amapá, Ministério do Desenvolvimento da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), com o intuito de socializar e disseminar aos entes locais envolvidos, a importância de organizar o Estado para acessar os recursos previstos pela Lei de Informática, que anualmente somam mais de R\$ 500 milhões abrangendo a Amazônia Ocidental e, agora, o Amapá.

O governador Waldez Góes explicou que o trabalho, a partir de agora, deve ser de organizar e fortalecer o ecossistema amapaense, para fomentar a produção de conhecimento e inovação. Ele pontuou que o trabalho será em três principais eixos: Tecnologia da Informação, Recursos Humanos e Biotecnologia. O Marco Legal da Ciência e Tecnologia, por exemplo, que está sendo construído de forma colaborativa e democrática, está incluído nesse contexto.

“Estimamos que o Marco Legal da Ciência e Tecnologia seja enviado à Assembleia Legislativa ainda este mês e aprovado até o fim do mês de março. Será o próximo grande passo para organizar o cenário local, integrar e fortalecer os entes envolvidos, para acessar os recursos previstos na Lei de



Informática e desenvolver ainda mais o Amapá”, frisou Góes.

Durante o evento, o assessor especial para Indústria 4.0 do MDIC, Rafael Moreira, parabenizou o olhar sensível, a articulação política e o comprometimento do governo que, durante um ano e meio de tratativas junto ao apoio técnico da Suframa e do Ministério, tornou possível a correção da injustiça na legislação que se estendia desde a década de 90. Ele também destacou o Marco Legal da Ciência e Tecnologia do Amapá dentro dessa nova realidade.

“O governador sempre esteve engajado e é um entusiasta do tema, como pouco se vê em outros estados. O Marco Legal da Ciência e Tecnologia que está sendo trabalhado no Amapá traz mecanismos jurídicos que reforçam e facilitam que a pesquisa e o desenvolvimento se convertam em inovação, para que haja uma interação público-privada com as empresas e institutos de ciência e tecnologia, alavancando a construção do ecossistema local que é o principal passo a ser dado a partir de agora no acesso aos benefícios da Lei de Informática”, considerou Rafael.

O superintendente adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Suframa, Marcelo Pereira, considerou que os projetos industriais implantados na Zona Franca Verde de Macapá e Santana (ZFV) também podem ser diretamente beneficiados por esse recurso. “Se, por exemplo, um instituto local passar a pesquisar algo que traga um melhoramento na cadeia e no processo produtivo, serão gerados bons resultados no mercado e consequentemente o incremento do faturamento do Estado”, exemplificou.

Segundo o gestor da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (Se-

tec), Rafael Pontes, a articulação público-privada será essencial para a criação do ecossistema local. “A previsão é que, através, da articulação público-privada, ainda esse ano tenhamos no Amapá o primeiro instituto sem fins lucrativos capaz de captar recursos da Lei de Informática”, estimou.

Gerando empregos

A inserção do Amapá na Lei de informática da Zona Franca de Manaus (ZFM) pode reativar a geração de empregos na área de Tecnologia da Informação (TI) no Estado.

A legislação determina que fabricantes de bens de informática das Zonas Francas e Áreas de Livre Comércio (ALC) invistam 5% do seu faturamento bruto em projetos de pesquisa e desenvolvimento de institutos tecnológicos sem fins lucrativos localizados na Amazônia Ocidental e, agora, o Amapá. Segundo a Superintendência da ZFM (Suframa), os recursos disponibilizados por esta lei chegam a uma média anual de R\$ 500 milhões.

Para o secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, Rafael Pontes, a Lei de Informática pode reverter a estagnação a que o setor foi submetido por fatores como a falta de investimentos em pesquisas. “Atualmente, temos uma grande quantidade de profissionais de TI desempregados no Estado. Mas essa lei pode reoxigenar o segmento, pois para desenvolver suas pesquisas financiadas através da Lei de Informática, os institutos poderão contratar profissionais, seja para executar projetos, capacitar ou formar outros profissionais”, analisa o secretário.

Segundo ele, com os institutos acessando os recursos da Lei de Informática, além de novos postos de trabalho, novos negócios e um novo setor na

economia amapaense podem alavancar outros setores, como a saúde, educação, pecuária, agronegócio, entre outros. “Quando você tem investimento em pesquisas, você desenvolve novas tecnologias para criar mecanismos que facilitem demandas sociais, como a saúde e a educação, por exemplo”, explicou Pontes.

Contudo, segundo ele, para que o mercado de TI seja reaquecido, diversas ações devem ser implementadas pelo governo, em parceria com iniciativa privada. Para o secretário, é a integração entre o mercado privado, as universidades, institutos de educação e pesquisas e o governo do Estado que vai permitir ao Amapá acessar os benefícios disponibilizados pela lei.

“Ainda este ano, o governo vai lançar incentivos para a criação de Institutos de Ciência e Tecnologia, para que a área da pesquisa dê uma alavancada a partir dos recursos da Lei de Informática. Estamos trabalhando nisto dentro do marco legal da Ciência e Tecnologia, para prever parcerias público-privadas com o mínimo de burocracia”, explicou o secretário.

Indústria 4.0

Com o mercado de TI reaquecido, o Estado terá a base tecnológica para começar a implantar e consolidar a nova cultura industrial difundida no mundo nos últimos seis anos, a Indústria 4.0, tendência econômica mundialmente conhecida como a 4ª Revolução



Industrial.

A Indústria 4.0 pode ser definida como uma intercomunicação de máquinas, sistemas automatizados e softwares, por toda a cadeia produtiva de uma determinada manufatura – desde o processo de extração de matéria-prima até a fabricação do produto final. Isto significa que as indústrias devem criar redes inteligentes ao longo de determinada cadeia produtiva para controlar os módulos da produção de forma autônoma e customizada. Para isso, é necessária tecnologia de ponta, inovações nos campos de automação, controle e tecnologia da informação para serem aplicados nos processos industriais de manufatura.



DENÚNCIA



Vale Verde, Chefe Clodoaldo e Murici sofrem com suas ruas alagadas e sem paradas de ônibus

Reinaldo Coelho

Macapá completou 260 anos, e é a cidade mais populosa do Estado, com mais de 456 mil moradores, segundo o IBGE. Mas os seus problemas básicos continuam sem soluções. Ruas alagadas, esburacadas, falta de iluminação pública, isso concentrado nos bairros periféricos e distritos da capital amapaense. Infelizmente a atual administração somente vem realizando serviços paliativos nos bairros nobres e abandonando literalmente os demais 50 bairros macapaense.

Um exemplo é o bairro da Alvorada, bem aquinhoado com estrutura urbana, tem 617 habitantes e o Bairro Novo Horizonte com 5.782 habitantes, sofre com o abandono, principalmente as ruas periféricas do bairro e as áreas de alagados.

Se a sede do município com os bairros da periférica, sofrem com o descaso do prefeito Clécio Luís (REDE) e sua equipe de Obras Públicas, proliferando

os alagamentos, as crateras que na época de chuva viram piscinas públicas, imagine o Distrito de Fazendinha, considerado um local atrativo para o Turismo por seu balneário, porém só recebe atenção no Macapá Verão, com serviços paliativos, escondendo os problemas cruciais daquela localidade e os moradores estão revoltados com a situação.

Principalmente os que residem nos bairros Vale Verde e Murici, que estão com suas vias totalmente alagadas e sem paradas de ônibus, dentro dos bairros, as únicas existentes ficam localizadas em frente aos bairros, na Rodovia JK e estão totalmente destruídas. E o que mais revolta os macapaenses que ali residem é que o distrito está cheio de residenciais de luxo e com urbanização de alto nível, enquanto seus vizinhos sofrem pelo que não tem em suas comunidades.

“Quando é verão é a poeira e o inclemente sol, quando chove, sem abrigos, ficamos à mercê das beiradas das lojas para poder não chegarmos molhados. Infelizmente é assim o tempo todo”, declarou a dona de casa Jorgina Santos.



Seu Manoel Paiva reclama do problema nas paradas de ônibus, pois sem a iluminação pública, a noite, o espaço é dominado pelos drogados e marginais, que roubam e ameaçam de estropas as jovens que vem das escolas e universidades. “É problemático, temos de ficar vigilantes, esperando minha neta, que vem da escola, para não sofrer nenhuma agressão”, explicou o peixeiro.

A reportagem do Tribuna Amapaense visitou os dois maiores bairros de Fazendinha e constatou a veracidade da situação. A primeira constatação foi a falta de abrigo para aguardar a passagem dos ônibus que fazem a linha Santana/Macapá. Os coletivos já demoram bastante e o povo tem de guardar na chuva, pois tem que trabalhar ou ir para a escola/universidade.

A reportagem encontrou diversas pessoas aguardando o ônibus que circula dentro do Bairro Vale Verde, sob a proteção de um comércio e a dona de casa Laudicéia explicou que se chover ficam na chuva e que o bairro recebe somente um coletivo. “A linha de cole-

tivos que entra no bairro tem somente dois ônibus e ele vai até o fim do bairro para poder retornar e ir para Macapá. Temos de esperar quase uma hora. Um sai as 7:15 e outro vem as 8:50, é mais de uma hora, quase duas esperando. Graças a Deus quanto não está chovendo e se perdemos, temos de ir para a rodovia esperar um Macapá/Santana, correndo o risco de chegar atrasado no trabalho ou na escola.”

Com referência as ruas que estavam emburacadas, agora no inverno estão cheias de água, e se tornaram ameaça para os cidadãos que circulam nessas vias. “Principalmente os que usam bicicletas, que não dá para perceber a profundidade. Muitas crianças já se acidentam ou ficam enlameados e não podem ir à escola. Os idosos sofrem também, pois temos que procurar ruas que não estejam alagadas para poder vir pegar ônibus”, reclama Dona Oneide Passos, aposentada que estava na parada de coletivos.

Quanto ao asfaltamento dos bairros, os moradores afirmam que só foram





beneficiadas as que servem de cinturão para a circulação dos coletivos, as demais, nem limpeza (capina) receberam e o lixo predomina trazendo chances de se tornarem locais do foco do *Aedes aegypti*.

Em 2017 bairros na Zona Norte de Macapá e distrito da Fazendinha apresentaram os maiores pontos de criadouros do *Aedes*, de acordo com o LIRAA. Essa preocupação se define devido o distrito contar com somente um Posto de Saúde, para atender todos os distritos e moradores do entorno, como Pedrinhas. E neste período chuvoso e um transporte deficitário torna-se catastrófico se alguém adoecer na família.

O Posto Médico do Distrito Fazendinha foi projetado para atender 5 mil moradores, hoje com o crescimento do número de habitantes do distrito e de bairros, se tornou deficitário. Fazendinha possui de acordo com o censo de 2010, realizado pelo IBGE, mais de 10 mil moradores.

“Cresceram os bairros, o número de moradores, mais o posto continua com o mesmo número de médicos e de profissionais da saúde que ali trabalham”.

Dona Leucécia diz que a isso é adicionado a falta de iluminação pública, que prejudica os moradores e coloca-os em situação de alto risco. “Para irmos ao posto médico marcar consultas, pois são poucas as vagas, e para conseguir, temos de sair cedo e podemos sofrer assaltos e até estupros. Assim como as paradas ficam no escuro e o perigo para quem espera e sai do coletivo e enorme o perigo”.

De acordo com as informações dos moradores a noite a escuridão é total nos bairros e com chuva e as ruas ala-

gadas as áreas ficam soturna e perigosas. O maior problema é em frente à escola que deveria ser bem iluminada, mas a escuridão é total, trazendo perigo para os que ali estudam e saem tarde da noite.

“A partir das nove horas o risco é total. Quando saímos da igreja a da escola temos de sair em grupo para proteger um ao outro. Antes era a CEA a culpada, a prefeitura assumiu a iluminação pública e prometeu uma Macapá iluminada, mais ainda não chegou para os moradores da Fazendinha”.

Se os moradores do bairro Vale Verde estão sofrendo com suas ruas, os que residem na área de ponte estão em situação pior, pois além de morarem em área alagada e insalubre as passarelas estão destruídas e sem iluminação. A mobilidade ali só acontece de dia. E as gangues dominam a área e cobram pedágios.

“Crianças e idosos, já sofreram acidentes nas passarelas. Caem nos buracos e ainda tem que chegar até esses pontos de ônibus sem abrigo. É muito sofrimento”.

O distrito possui dez bairros, os mais populosos são Vale Verde, Murici, Chefe Clodoaldo. “Nossos bairros precisa de muita coisa: iluminação, pontos de ônibus, limpeza, quadra de esportes. A prefeitura todo ano realiza um Congresso do Povo, apresentamos nossas reivindicações, este ano já devem realizar outro congresso e, apesar de não termos resolvido vários problemas, acredito que seremos atendidos durante o próximo período”, diz esperançosa

Dona Oneide

Todos foram unânimes em afirmar a reportagem. “Recebemos a visita do

peçoal da saúde e de endemias, os políticos ainda não chegaram, mas, eles vem este ano, que e ano de eleição. Estamos aguardando eles e suas promessas. Essa nossa realidade, eles vão prometer que irão resolver. Já se foram quatro anos e nada”.

A reportagem perguntou o que eles

diriam se encontrassem com o Prefeito Clécio Luís, pessoalmente, e a dona Oneide afirmou: “Que nunca mais iremos votar nele” e que “Ele viesse e ficasse uma semana aqui e se ele conseguiria viver como vivemos. Mas sem o carrão, sem central de ar e sem segurança, duvido que ele ficasse um dia”.

COMUNIDADES DO BAILIQUE TERRAS CAÍDAS DESTROEM COMUNIDADES RIBEIRINHAS

“Terras Caídas” é um fenômeno da natureza que está destruindo as comunidades do Bailique. O departamento de reportagem do Tribuna Amapaense acabou de receber imagens via WhatsApp onde mostra o fenômeno das terras caídas se aproximando da Escola Bosque. Precisa providenciar a remoção de imediata dessas dependências para evitar mais prejuízos. A providência é urgente.

Essa situação vem ocorrendo anualmente, porém a partir de 2015 passou a agir com mais intensidade, quando atingiu além da residências dos ribeirinhos, chegou a Unidade Básica de Saúde localizada na Vila Progresso que foi parcialmente destruída pela força da água. Postes estão caindo, causando problemas de energia elétrica.

As vilas Progresso e Macedônia foram as mais atingidas pelo fenômeno. A Defesa Civil Municipal, a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) e a Coordenadoria Municipal dos Distritos (COMAD), em conjunto com a Defesa Civil Estadual, estiveram trabalhando para montar o relatório que será enviado para a Secretaria Nacional de Defesa Civil informando sobre a situação de emergência e solicitando recursos para obras emergenciais nas duas vilas que se encontram às margens do rio Marinheiro.

Mas as ações não se fizeram eficientes, e em agosto de 2017 o Juiz Luciano Assis denunciou com mais vigor a situação. O magistrado que é responsável pelo Justiça Fluvial e que visita anualmente todas as ilhas do arquipélago, estão



devastando já tendo causado a destruição de vários prédios públicos e residências particulares.

Luciano Assis reclama que as autoridades só se preocupam com medidas paliativas e pede a realização de “estudos técnicos sérios” para a implantação de políticas públicas eficientes que possam resolver definitivamente o problema.

“Eu venho acompanhando a muito tempo o sofrimento dos moradores do Bailique por causa esse fenômeno, que é cada vez mais preocupante; o que era igarapé se tornou rio de grande proporção, além do fato de que os grandes rios foram todos assoreados – o que está faltando é um estudo conclusivo sobre o fenômeno porque permanentemente obriga moradores a mudarem suas casas – a política pública tem que ser revista porque senão vamos perder muito dinheiro, uma escola já caiu e outra está sendo consumida”.



Saiba regras para presença de menores de idade em festas de carnaval em Macapá

Da Editoria

Crianças até 12 anos poderão ficar em eventos até 21h; adolescentes até 16, só até meia-noite. Vistoria também busca evitar o consumo de bebida alcoólica entre menores de 18 anos.

O Juizado da Infância e Juventude de Macapá e o Conselho do Tutela das zonas Norte e Sul irão reforçar a fiscalização sobre a presença de crianças e adolescentes em bailes e eventos de carnaval. Além disso, a vistoria também buscam evitar o consumo de bebida alcoólica entre menores de 18 anos.

As regras estabelecem que não será permitida a permanência de

e 16 anos, a presença é permitida até meia-noite, desde que estejam acompanhados dos pais ou responsáveis. Os adolescentes acima de 16 anos acompanhados dos responsáveis podem permanecer nas celebrações até às 4h.

só podem participar de eventos infantis e acompanhados dos responsáveis

Até 12 anos: podem permanecer até 21h, mesmo acompanhados dos responsáveis

De 12 a 16 anos: presença permitida até meia-noite, acompanhados dos responsáveis

De 16 a 17 anos: até 4h se acompanhados dos responsáveis

As ações de fiscalização acontecerão de forma regular e verificarão o alvará de cada local, que segue uma norma judicial sobre permissão de faixa etária e horário de funcionamento.

O juiz titular da Vara, Luciano Assis, afirmou que, caso os organizadores das festas ou até mesmo os responsáveis pelos menores não cumpram as regras, eles podem ser multados ou serão responsabilizados administrativamente.

“O organizador do evento deve deixar claro a faixa etária e ficar atento à presença de menores acompanhados. A venda de bebida alcoólica para menor é crime, o Estatuto da Criança e do Adolescente tipifica isso. Então, as pessoas que praticarem essa conduta podem ser conduzidas em flagrante. Os organizadores e responsáveis também estão sujeitos a uma multa, caso descumpram a questão do horário”, reforçou.

Para obter a autorização, o proprietário do estabelecimento ou promotor do evento deve entrar com um processo no Juizado da Infância e Juventude, cabendo ao juiz responsável determinar as condições da permanência de menores na festa.

Já em evento de maior proporção, como o bloco ‘A Banda’, a fiscalização irá verificar crianças que estão desacompanhadas e o consumo de bebidas alcoólicas pelos pais ou responsáveis.



menores de 12 anos, após as 21h, em bailes carnavalescos, tanto em locais abertos ao público em geral como por cobrança de ingresso, mesmo com a presença dos pais ou responsáveis.

Já para os adolescentes entre 12

Crianças menores de 7 anos são proibidas em eventos carnavalescos em geral, exceto em eventos voltados para o público infantil. As ações de fiscalização acontecerão de forma regular e verificarão o alvará de cada local, que segue uma norma judicial sobre permissão de faixa etária e horário de funcionamento.

Crianças menores de 7 anos são proibidas em eventos carnavalescos em geral, exceto em eventos voltados para o público infantil.

Até 7 anos:



SUP Folia – CARNAVAL NO RIO AMAZONAS

Da Editoria

Clube do Stand Up Paddle Amapá programou para o período de carnaval um evento nas águas do Rio Amazonas, pois não poderiam deixar passar em branco. Por isso, convidam para colorir o caudaloso Rio Amazonas com o SUP Folia. “É o nosso bloquinho de carnaval que vai passar... vamos nessa?”, convidada a diretoria do clube



O evento ocorrerá neste sábado, 10, e a concentração será às 15h e saída às 16h, do complexo do Araxá e a chegada no complexo Jandiá.

Os interessados em participar poderão se inscrever no momento do atividade ao preço de R\$ 85 (aluguel de prancha) e R\$ 10 (para quem tem prancha) e terá direito a água.

SUP Folia (Araxá - Jandiá):

Dia: 10/02 (sábado)

Concentração: 15h

Saída: 16h

Valor: R\$ 85,00 (Aluguel de prancha)

R\$ 10,00 (Pra quem tem prancha)

Apoio: Água.

OBS.: Obrigatório o uso de colete salva-vidas (cedido para quem alugar prancha). Informações: 96 98129-2166 / 99117-6421

O que é?

Um esporte ainda pouco conhecido dos amapaenses começou a chamar atenção e atrair cada vez mais adeptos

no Amapá: o Stand Up Paddle (SUP). Basta remar em pé em cima de um pranchão que você já está praticando o SUP, denominação como também é conhecida a modalidade esportiva. O cenário para a prática do esporte no estado podemos dizer que é abençoado: aos pés da imagem de São José, padroeiro da cidade. A imagem está localizada na orla de Macapá.

De origem havaiana, o esporte começou a ser praticado no Brasil há pouco mais de uma década e no Amapá, há dois anos e meio. Um grupo, de aproximadamente dez esportistas, se reúne sempre aos fins de semana na orla da cidade para praticar o SUP. Após muitas remadas, boa parte dos aventureiros já consegue chegar a uma longa distância no Rio Amazonas, dividindo espaço com grandes navios que utilizam a rota.

A mania já contagiou muita gente. Algumas pessoas praticam todos os dias, e grupos se encontram nos fins de semana para conversar e passear. Além

das remadas serem um ótimo exercício, a modalidade reúne grupos e cria novas amizades, além de proporcionar fotos de paisagens especulares

Os duelos Santos-AP x Atlético-AC e Cuiabá-MT x

Operário-MS ainda estão com data e horário “a definir”. Já o local do jogo entre amapaenses e acreanos será o Estádio Zerão, em Macapá (AP). Enquanto mato-grossenses e sul-mato-grossenses se enfrentam na Arena Pantanal, em Cuiabá (MT).

Data do Jogo de volta do Santos contra o Atlético-AC segue indefinido



Os duelos Santos-AP x Atlético-AC e Cuiabá-MT x Operário-MS ainda estão com data e horário “a definir”. Já o local do jogo entre amapaenses e acreanos será o Estádio Zerão, em Macapá (AP).

A Diretoria de Competições da CBF divulgou, nesta terça-feira (6), a Tabela Detalhada dos jogos de volta da Primeira Fase da Copa Verde. Durante toda a competição, o gol assinado fora de casa vale como critério de desempate. Os confrontos decisivos começam no dia 14 de fevereiro, quarta-feira, com a partida entre Remo e Manaus.

14 de fevereiro
21h30 – Remo x Manaus – Mangueirão, em Belém (PA)

15 de fevereiro
20h30 – Brasiense x Atlético-ES – Mané Garrincha, em Brasília (DF)

21 de fevereiro
20h30 – Paysandu x Interporto – Mangueirão, em Belém (PA)

21h30 – Luverdense x Corumbense – Passo das Emas, em Lucas do Rio Verde (MT)

21h30 – Real Ariquemes x Sparta – Gentil Valério, em Ariquemes (RO)

22h30 – Rio Branco x São Raimundo – Arena da Floresta, em Rio Branco (AC).





- VIDROS TEMPERADOS
- ESPELHOS
- ESQUADRIA DE ALUMÍNIO
- PORTÕES
- BOX PARA BANHEIRO
- DIVISÓRIAS EUCATEX
- PELE DE VIDRO
- PERFIS E ACESSÓRIOS P/ VIDRO



96 99105-0373
 96 99138-1218
 96 3241-3522

EM NOVO ENDEREÇO!

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES



jp_vidrosealuminio@hotmail.com

Rua Hildemar Maia, 6189 - Muca - Macapá-AP



- ESTRUTURA CLIMATIZADA
- OS MELHORES PROFISSIONAIS
- PLANOS COMPLETOS PARA VOCÊ E SUA FAMÍLIA



MUSCULAÇÃO



JIU JITSU



BOXE E AEROBOXE



MUAY THAI



ZUMBA

AV. PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 1459. ENTRE LEOPOLDO MACHADO E HAMILTON SILVA.
 FUNCIONAMENTO: 06H ÀS 00H - SEG. A SEX. / 9H ÀS 20H - SÁB.

3º Caderno



CARNAVAL 2018



Página 20

Macapá terá bailes e vários blocos de rua e Santana o corredor da folia

Pioneirismo

Lúcida, e com uma memória privilegiada, a professora Dinete completou neste sábado, 03 de fevereiro, 94 anos bem vividos. Parabéns!



Professora Dinete Botelho

DINETE FERREIRA BOTELHO – Pioneira da Educação e Enfermagem do Amapá

Reinaldo Coelho

Em 1924 – há exatos 94 anos – num domingo, 03 de fevereiro, em Belém-PA, nascia a filha de Manoel Edmundo Ferreira Botelho (agrimensor e matemático, Coronel da Guarda Nacional, terceiro intendente de Marapanim, desde 1916, por 15 anos) com Francisca Albertina Oeiras Botelho, que na pia batismal receberia o nome de Dinete Oeiras Botelho. A menina Dinete veio ao mundo 19 anos antes da criação do Território Federal do Amapá, onde moraria e viveria por muitos anos depois. É a mais nova de oito filhas e um filho: Diniz, Raimunda, Laura, Ilbertina, Ruth, Romana, Cristina, Dóris e Dinete (não necessariamente nessa ordem). Dinete viveu sua infância na pacata cidade de Marapanim, no interior do Estado do Pará. Foi criada e formada seguindo preceitos e valores de uma família ilustre e política.

Iniciou o curso primário em Marapanim e o secundário (atual segundo grau) em Belém, a mando do seu tio, o jornalista Paulo Maranhão, então proprietário do mais expressivo jornal de Belém: a “FOLHA DO NORTE”. Estudou o secundário no Colégio Benjamin Constant, próximo à residência dela, em Belém: Travessa Rui Barbosa esquina com a Rua Tiradentes. Do Colégio Benjamin Constant, Dinete foi para o Colégio Pedro II onde fez o curso de “normalista”.

Fez, também, enfermagem pela CRUZ VERMELHA BRASILEIRA, Filial do Pará, e concluiu o Curso de Enfermeiras Samaritanas em 1941.

Sua ida para o então recém-criado Território Federal do Amapá, deu-se por



incentivo da irmã, Cristina, que já se encontrava em Macapá desde 12 de maio de 1945, que antevia oportunidade de emprego para Dinete, o que aconteceu pouco tempo depois, a convite do primeiro governador do Amapá o Capitão Janary Gentil Nunes, que era vizinho da família em Belém.

Logo que chegou à Macapá, em 1946, já por conta do governo, Dinete se hospedou na casa das Professoras, onde já morava a professora Cristina. Não quis ficar na casa das Enfermeiras. Dinete foi inicialmente admitida na função de enfermeira diarista no HGM (Hospital Geral de Macapá) entre 01-01-45 a 21-12-51 e só depois, passou a atuar como profesora.

Na capital amapaense casou-se com o professor Diniz Henrique Ferreira Botelho (in memoriam), em 20 de dezembro de 1947, quando passou a chamar-se Dinete Ferreira Botelho. Dessa união duradoura nasceram os filhos Manoel Edmundo (Arquiteto, AP), Francisca Denize (Profª. da UFPa), Sandra Regina (Profª. da UFPa), Diniz Filho (Desenhista, criador do logotipo da extinta TELEAMAPÁ e dos primeiros projetos de bandeira e escudo do Amapá) e Mário Rubens (Médico, SP).

O professor Diniz também já estava em Macapá quando Dinete chegou; já namoravam desde Belém e eram primos.

Dinete ingressou, inicialmente, na Escola Normal de Macapá, no cargo de

Professora de Ofícios, onde ficou até 01 de abril de 1980. Na Escola Normal – que se transformou no Instituto de Educação do Amapá, em 1964 – a Profª. Dinete fez o curso de Educação para o Lar, entre outros.

Teve atuação destacada na EXPO-MEC (Exposição Nacional de Educação e Cultura, montada na Praça Veiga Cabral, em 1974, ao lado de muitas outras pioneiras do magistério amapaense. Em Macapá, fez inúmeros outros cursos, na antiga Escola Doméstica de Macapá (hoje Irmã Santina Rioli) entre eles o de Corte e Costura, de 1953 a 1954; de Trabalhos Manuais entre 01 a 21-jun-61, bordados com linhas.

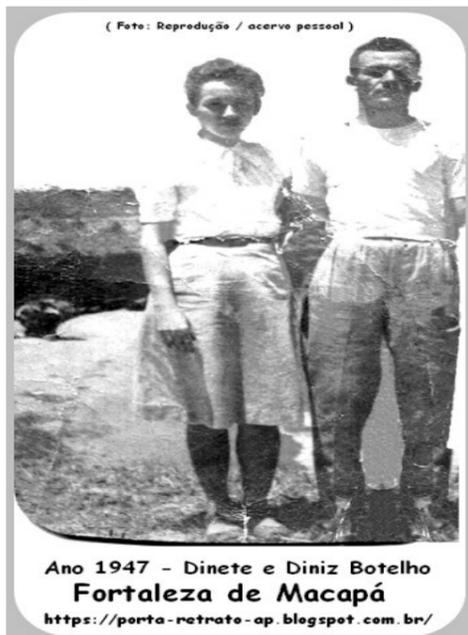
Em 1963 entre 10 professoras, foi a primeira a ser designada ao SESI, seleção feita no Rio de Janeiro. O Governador Janary Nunes a cedeu ao SESI para exercer atividades pela parte da manhã, admitida pela instituição como Orientadora em Atividades Sociais, sendo incluída no Quadro Único de Servidores da Delegacia Regional de Macapá - AP a partir de 01.04.63. No SESI, fez outros cursos de capacitação: Noções de Nutrição, bolos, confeitaria, cozinha e tecidos, em 1967 e Relações Humanas na Família, em 1968. Concluiu o Curso de Artesanato para o Lar VIGORELLI em 1977, na cidade de S. Paulo. Sua aposentadoria aconteceu em agosto de 1981, no cargo de Professora de 1º e 2º graus, do Quadro Permanente do ex-Território Federal do Amapá.

A Pioneira DINETE FERREIRA BOTELHO residiu em Macapá à Av. Mendonça Furtado, 313, Centro, e ao se aposentar foi para Belém do Pará, onde mora com a filha Denize.

Lúcida, e com uma memória privilegiada, a professora Dinete completa neste sábado, 03 de fevereiro, 94 anos bem vividos, embora, esteja com a visão limitada e sérios problemas de locomoção.

Desejamos à querida mestra muitos anos de vida e felicidades ao lado dos que lhe são caros. Grande abraço!

(Texto e Informações de Diniz Botelho (um dos filhos da biografada), adaptado para o blog).



Ano 1947 - Dinete e Diniz Botelho
Fortaleza de Macapá

<https://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/>



Ano 1940 - Dinete Botelho
Enfermeira Samaritana

<https://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/>

Artigo

Você

Valdemir Pires

Você anda pela cidade de carro: a cada semáforo, alguém lhe pede moeda ou lhe oferece umas balinhas por um real. Você anda a pé pela cidade: pessoas aceleram o passo para se aproximar, a fim de lhe pedir ajuda para uma marmita. Você senta à mesa do restaurante ou bar, próxima à porta, ou na calçada: o garçom precisa expulsar duas ou três vezes alguém que vem pedir esmola. Você contrata um encanador, pessoa que nunca viu antes na vida, e, no meio do serviço ele, chorando, lhe pede dinheiro emprestado para comprar um remédio para a esposa doente. Você vai à livraria e é atendido pela moça que cursou mestrado e viveu um ano em Londres, fluente em inglês: ela ganha pouco como balconista e dá umas aulinhas para complementar a renda. Você se entristece ao saber que a filha de vinte anos do seu melhor amigo perdeu o emprego porque a empresa em que trabalhava faliu. Você percebe que as próximas gerações (duas, três?), ou seja, pelo menos a dos seus filhos e netos, provavelmente usufruirão um padrão de vida inferior ao que você obteve --com enormes esforços, mas conseguiu.



Você é um sujeito de classe média, indignado por pagar muitos impostos (diretos e indiretos, disso você não sabia) e não sentir que recebe contrapartida: tem que ter plano de saúde chinfrim para evitar a fila do SUS, tem que bancar a escola dos filhos, se quer que recebam um mínimo de formação; além de se sentir ameaçado a cada vez que sai à rua, pela falta de segurança pública. Você já não tem mais empregada doméstica, porque agora isso implica uma relação trabalhista formal e seu salário já não permite esse luxo: contenta-se com uma faxineira duas vezes por semana.

Você anda injuriado no trabalho, anda se desentendendo com a esposa e os filhos adolescentes e está de cara amarrada com o vizinho, que eleva o volume do som todo final

de tarde/começo de noite e não recolhe as fezes do cachorro dele na grama do seu passeio. Não sabe bem porque isso, esse afastamento das pessoas próximas, está acontecendo. Nem vontade de encontrar os amigos tem mais – já abandonou o futebol de final de semana.

Você não aguenta mais ouvir falar de política, nem ver a cara desses bandidos que tomaram conta do país. Já está de saco cheio só de lembrar que no final deste ano terá que enfrentar a fila das eleições. Apesar disso, pensa em política e fala a respeito todos os dias (sem se dar conta), antenado no que assiste na televisão (ai, até quando dará para pagar esse serviço?) e lê na revista semanal que assina, mas que já começa a pesar no orçamento.

Você quer uma solução final para esta baderna e essa injustiça contra sua pessoa, esforçada e dotada de méritos. Você não aguenta mais essa tolerância a relações, instituições, comportamentos, visões de mundo que produzem esse caos. Você deseja ordem, você quer bandidos na cadeia; você exige que cada um saiba pescar e não dependa de ganhar o peixe para sobreviver. Você pontifica: “Menos Estado na economia, menos governo atrapalhando a iniciativa privada!”

Você! O que significa, afinal, este “eu” que os outros tratam por “você”? Tratar-se-ia (olha que boni-

de falar assim!) de um ser em torno do qual tudo deve girar? Seria um indivíduo cujas opiniões devem ser respeitadas pelo que são, independentemente dos reflexos sobre os demais em decorrência de sua aceitação, independentemente de seus fundamentos? Seria um foco de luz que a escuridão desse mundo caótico e injusto se esforça por apagar? Seria um “eu” mal refletido no “você” a ele atribuído pelos outros?

Quem é você, ao fim e ao cabo, para, a partir de sua poltrona, de sua escrivaninha ou do teclado de seu celular, pontificar sobre o futuro, rejeitando tudo que essa política maldita produz, atacando todos que com essa política maldita se envolvem?

E eu, que estou lhe dizendo isso, quem sou? Você, provavelmente, responderá essa pergunta com um daqueles rótulos desqualificadores com os quais rechaça os argumentos de quem não concorda com suas opiniões. Talvez seja, também, um colecionador de frases de autoajuda e frequentador de espaços “religiosos” que lhe oferecem um Deus à sua imagem e semelhança.

Você, enfim, é um perigo, inclusive para si e para os seus. Vá se tratar.

Valdemir Pires é professor da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara.



Cultura



CARNAVAL 2018

Reinaldo Coelho

O macapaense deverá retornar a brincar o carnaval de rua, para isso terá os blocos de bairros que deverão animar os corredores da folia na capital amapaense e em Santana.

Para isso três corredores da folia serão montados na orla e nas zonas Norte e Sul de Macapá. Além disso, o bloco “A Banda” e outros eventos também vão animar os foliões de plantão durante dois fins de semana, em mais um ano sem os desfiles oficiais das escolas de samba.

O governo anunciou o planejamento da segurança pública e estrutura para o período da folia, quando cerca de 700 agentes, entre Polícia Militar (PM), Polícia Civil e Corpo de Bombeiros devem ser convocados para atuarem nas festas.

A abertura da programação dos corredores da folia vai ocorrer no polo Beira-Rio, já neste sábado (10), com concentração às 17h no Complexo do Araxá e término na Praça do Coco. Bandas e blocos levarão o público durante o percurso pela orla do Rio Amazonas.

Na segunda-feira (12), será promovido o “Carnavelinhos”, voltado para o público da terceira idade. A festa será a partir de 17h, no Monumento Marco Zero, um dos principais pontos turísticos do estado que fica na Zona Sul. A entrada é franca.

O momento mais esperado é o tradicional e maior bloco de ruas do Amapá: A Banda. São esperados mais de 170 mil brincantes no percurso de 7 quilômetros, no dia 13 de fevereiro. A saída será da Praça Veiga Cabral, passando por ruas da cidade até a Praça Barão no Rio Branco.

De acordo com o coordenador d'A Banda, José Figueiredo de Souza, mais conhecido como “Professor Savino”, o bloco está cheio de novidades, como a oferta de serviços de saúde na concentração. Aos 80 anos o fundador conta que já são 53 anos dessa grande festa.



Macapá terá bailes e vários blocos de rua e Santana o corredor da folia

Corredor do Polo Sul

Dando continuidade ao corredor da folia, o polo Sul tem previsão para realização no dia 16. E no dia 17 os polos Sul e Norte finalizam a programação. Todos os horários de início de festa é a partir de 17h.

A estrutura como palco, som, iluminação, trio elétrico e banheiros químicos, será fornecida pela Secretaria de Estado de Cultura (SECULT), que fez um prego eletrônico para contratar os serviços.

Programação

Corredor da Folia – Polo Beira-Rio
Data: 10 e 11 de fevereiro (sábado e domingo)

Horário: 17h
Concentração: Complexo do Araxá
Término: Praça do Coco

Carnavelinhos

Data: 12 de fevereiro (segunda-feira)
Horário: 17h
Local: Monumento Marco Zero do Equador

A Banda
Data: 13 de fevereiro (terça-feira)
Horário: 16h



Concentração: Praça Veiga Cabral
Término: Praça Barão do Rio Branco

Corredor da Folia – Polo Sul
Data: 16 e 17 de fevereiro (sexta-feira e sábado)

Horário: 17h
Local: Complexo do bairro Congós

Corredor da Folia – Polo Norte
Data: 17 de fevereiro (sábado)
Horário: 17h
Local: Macapaba

Carnaval de Santana
Sábado – 10 de fevereiro
Apresentação dos blocos de micareta (das 22h às 04h)

• Bloco Nabalada
• Bloco Bebo-todas
Domingo – 11 de fevereiro
Apresentação dos blocos de micareta

e blocos tradicionais (das 16h às 4h)

- Bloco My Love Kids
- Bloco das Marias/Zumbalada/ Bloco da Melhor Idade/Bloco da Camisinha/Pipoca Infantil
- Banda de Santana
- Bloco A Dona da Caverna
- Bloco UAU/FaraóAtração – Banda Babilônia e Taty Taylor
- Bloco My Love

Segunda-feira – 12 de fevereiro

- Bloco Nabalada
- Bloco My Love

Terça-feira – 13 de fevereiro

Apresentação dos blocos de Micareta e Blocos Tradicionais (16h às 4h)

- Bloco Faraó Kids / Mundo Kid's
- Bloco do Martelo
- Bloco Tradicional Piranhas
- Bloco Uau/Faraó
- Bloco Bebo Todas





Artigo do Gato

Roberto Gato



Até quando

Tem algo que me deixa profundamente decepcionado no meu querido Estado do Amapá. É a interminável síndrome de território. Lembro perfeitamente que a discussão para a transformação do Amapá em Estado foi intensificada em 1986 com o governador Aníbal Barcellos puxando o tema. Fato consolidado em 1988 com o advento da Constituição Federal. Mas já naquela época falávamos de autonomia administrativa e financeira. Era uma corrente legítima que pugnava pela emancipação, uma espécie de maior idade. Coisa do tipo: temos que ser protagonista da nossa história e etc.

Bem! Em 88 fomos transformados em Estado através do artigo 14 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). A partir de 1990, com a posse do governador eleito, consolidou-se a transformação. Resultado positivo: aumentou nossa bancada de parlamentares federais para 11. Passamos a ter representação no Senado e foi só. Pelo menos é o que parece para algumas figuras que mal-acostumadas com o paternalismo do território, onde o “papai” território bancava tudo, con-



tinuam viajando na maionese imaginando que nada mudou. Esses são os obtusos, outros são figuras que na cara dura enviesam a informação e acham que estão enganando os esclarecidos. Ledo engano.

Admito até que as mudanças de costume levem um tempo para se modificar, mas convenhamos. Já faz 28 anos amigos. Chega! É hora da profissionali-

zação, do amadurecimento político, do espírito empreendedor prevalecer. É hora de ir à luta, buscar alternativas fora do orçamento estadual para viabilizar eventos, principalmente o carnaval. Uma festa popular, com uma espetacular aceitação pelo público, logo, um produto venal.

Business business.

Como podemos encarar uma das piores crises econômicas da história do País, provocadas por vários fatores, o mais evidente a corrupção desenfreada na gestão pública e ainda tem sujeito que exige que o erário estadual banque um evento como o carnaval? Fomento está previsto na Constituição, mas bancar tudo? Impossível.

Atribuir ao governo responsabilidade pela ausência do desfile das escolas de samba é no mínimo irresponsabilidade. Querer que o Estado encha as burras das agremiações carnavalescas, financiando as escolas, blocos e etc., e ainda receber gratuitamente todo o aparato de segurança e a estrutura pública de saúde para atender possíveis vítimas da violência verificada nesse período momesco, é um negócio inaceitável. Ninguém quer se comprometer. Apenas acenar com o chapéu do Estado. Assim fica fácil. As diretorias das escolas somem o ano todo e próximo ao carnaval aparecem com um planejamento onde o objetivo é fazer gestão junto ao governo estadual para passar a conta que o Estado deve pagar.

Carnaval é cultura, história, esta festa popular está no DNA do brasileiro, mas nem de longe pode ser encarado com o amadorismo que temos verificado por anos a fio. Como se deve fazer, poderia alguém me perguntar: responderia de bate pronto. Não sei, por isso nunca me candidatei a presidente de Escola de Samba, tão pouco de bloco. Fica a dica: quem não pode com pote, não segura na rodilha. Pronto. Falei.

XX e XIX

Valdemir Pires

Neste início do século XXI, o século XIX está em confronto com o século XX, no que diz respeito às possibilidades de sobrevivência da maioria da população, que se sustenta vendendo exclusiva ou predominantemente sua força de trabalho.

No século XIX, o capitalismo chegou à sua plenitude, colocando as empresas no centro do processo produtivo e constituindo um amplo mercado de trabalho, capaz de absorver o imenso contingente de proletários gerado desde o fim das relações feudais e, via aumento inusitado da produtividade, capaz, também, de baratear o acesso às mercadorias, levando Schumpeter a afirmar que o capitalismo não se firmou produzindo roupas finas para as princesas, mas vestidos de algodão para todas as senhoritas.

Só que as senhoritas teriam que ser, antes de comprar os tais vestidos de chita, praticamente escravas, nas fábricas insalubres da indústria de fiação e tecelagem e, depois de casadas, viver às custas dos maridos, cuidando da prole.

Ao longo do século XX, as relações de

trabalho foram se alterando para evitar a superexploração dos operários. Ou melhor, foram sendo alteradas com muita luta, capitaneada pelos sindicatos. Primeiro, foi conquistada a redução da jornada de trabalho; depois, melhorias nas condições de trabalho no interior das fábricas; mais tarde, um conjunto de direitos trabalhistas. A partir de um certo momento, os sindicatos passaram a reivindicar aumentos reais de salários com base no aumento da produtividade. Era uma forma de obrigar os donos das fábricas a repartir com eles os ganhos decorrentes dos avanços tecnológicos e da organização taylorista do trabalho.

O século XXI depara-se com um modo de organização do processo produtivo fortemente centrado em novas tecnologias, e transcorre num ambiente muito diferente daquele da revolução industrial (apropriadamente denominado pós-industrial), gerando relações produtivas e de trabalho muito distintas até daquelas vistas nos meados do século anterior. As consequências sobre a vida das pessoas, agora em áreas urbanas espalhadas por todo o mundo, interconectadas, foram muitas e parte delas não são, ainda, bem compreendidas. Nesse “admirável mundo novo”, o execrável mundo velho da superexploração vai, primeiro

aos poucos e, ultimamente, muito aceleradamente, se firmando: um reduzidíssimo número de indivíduos e famílias abocanhou para si os resultados da produtividade espetacular atingida pela terceira revolução industrial. Nem a explicação de Schumpeter (de que o capitalista tem ganas de superacumular porque quer garantir as posses da família, no futuro) explica tamanha concentração da riqueza.

Como se defenderão os “trabalhadores” doravante? “Que fazer?” (Lênin). Esta pergunta remete a um debate da esquerda, do início do século XX, a respeito do papel dos sindicatos e dos partidos na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores. Debate aparentemente já encoberto pelo limo da história, mas que deve ser o ponto de partida para se pensar o futuro. Afinal, cadê os sindicatos para defender os que vivem do trabalho (independentemente do que se chame, hoje, “trabalho”)? Não é à toa que eles foram os sacos de pancada dos neoliberais dos anos 1980-1990. Estavam perdendo espaço no ambiente “classe média” gerado pelo boom do pós-guerra, alicerçado nos ganhos de produtividade e nas relações políticas de cunho socialdemocratas, e começaram, naquelas décadas de triste lembrança, a ser frontalmente rechaçados por

governos retrógrados (neoliberais).

Hoje, no Brasil, os sindicatos e suas centrais estão na lona. As lideranças (salvo raríssimas exceções) vivem da memória de um tempo em que um dos seus veio a ser Presidente da República. E viviam, materialmente, da contribuição anual compulsória, em extinção -- como burocratas estatais, propensos à pelegagem. Nunca o sindicalismo foi tão necessário, no país, como agora; e nunca estiveram tão fracos, depois de terem se tornado as fortalezas dos anos 1980.

Pode ser que a forma de mobilizar e organizar os que vivem do trabalho passe por outros caminhos, diferente do sindical, consolidado no século XX, mas uma coisa é certa: sem sindicatos fortes ou instituições que os sucedam contra a superexploração, o século XIX estará de volta, com possibilidades de trazer à tona o XVIII. Os brasileiros que o digam!

Se nada for feito, como ficarão as senhoritas sem seus vestidos de algodão? Diriam as Marias Antonietas de hoje: “Que trajem lycra!”

(*) Valdemir Pires é professor da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara.

De tudo um pouco

Juracy Freitas

j.freitas_mcp@hotmail.com



“SE QUIZEREM AFASTAR O TEMER, QUE O FAÇAM PELO CONGRESSO” (GILMAR MENDES, MIN. STF)

ESTATUTO DO IDOSO – Uma bela peça jurídica, esquecida da realidade (2 - final).

Juro que, pelo menos neste ano, esta é a última vez que falo do assunto em tela, mesmo porque ele não chega aos ouvidos e visão dos que têm o dever de cumprir ou fazê-lo cumprir. Ainda assim, tornar-se-á demasiado enfadonho repetir, repetir, clamar, clamar, gritar, gritar, escrever, escrever, mesmo acreditando naquele velho provérbio “água mole, em pedra dura, tanto bate até que fura”.

Folheando legislação de pertinência para salvaguardar-me de ações processuais futuras, encontrei no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, no art. 5º, o seguinte direito: “Art. 5º - Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum”. Se esta mensagem não está diretamente vinculada ao tema, juro que não acredito mais em Justiça.

Mais além, mas sempre dentro do guarda-chuva jurídico, avoco, do Código de Processo Civil – CPC, o art. 649 – São absolutamente impenhoráveis: inc. IV – os vencimentos, subsídios, sol-

dos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios, as quantias recebidas por liberalidade de terceiros e destinadas ao sustento do devedor e sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, O rol de impenhorabilidade é extenso, e fiz questão de citar os mais comuns e que afetaram diretamente ao meu caso, mas tem o inc. X – até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos, a quantia depositada em caderneta de poupança (mais ou menos R\$ 30.000,00, hoje).

Fiz questão de relacionar os do inc. IV, porque Você poderá precisar um dia (espero que não) e todo o procedimento para requerer desbloqueio de valores está contido no § 2º do art. 656, do mesmo diploma legal.

Eis o fato. Dia 26/07/2017, a PFN- Procuradoria da Fazenda Nacional requereu ao Juiz da 2ª Vara Federal, da Justiça Federal, bloqueio de valores. Esse é um dever seu. O Juiz atendeu o pedido em 13/11/2017, também cumpriu a Lei, e determinou via BACEM o bloqueio dia

12/12/2017. Dia 14, ajuizei pedido de desbloqueio com fundamento no inc. IV, do art. 649, anexando documentos que comprovam depósitos em conta corrente de VENCIMENTOS, pago pelo GEA e PROVENTOS DE APOSENTADORIA, pagos pelo INSS.

Daí em diante, o desiderato de espera alonga-se por 50 dias contados até hoje.

Infelizmente o DIREITO dos IDOSOS é vilipendiado diuturnamente. Seus DIREITOS são negados em nome dos procedimentos judiciais do “ao... ao...”. Decisões simples espelhadas na Lei são postergadas pelos “direitos” de agentes públicos que tem “direito” a recesso de 20 ou 30 dias ao final de cada ano e também em julho e mais férias regulamentares, e mais... e mais...

Finalmente, para garantir direitos do idoso, foi editada a Lei nº 10.173/2001, denominada de Lei de Prioridade Processual do Idoso, onde destaco: CPC – CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – ART. 1.211-A – OS PROCEDIMENTOS JUDICIAIS EM QUE FIGURE COMO PAR-

TE OU INTERESSADO PESSOA COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 60 (SESSENTA) ANOS, OU PORTADORA DE DOENÇA GRAVE, TERÃO PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO EM TODAS AS INSTÂNCIAS. ART. 1.211-B – A PESSOA INTERESSADA NA OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO, JUNTANDO PROVA DE SUA CONDIÇÃO, DEVERÁ REQUERER-LO À AUTORIDADE JUDICIÁRIA PARA DECIDIR O FEITO, QUE DETERMINARÁ AO CARTÓRIO DO JUÍZO AS PROVIDÊNCIAS A SEGUIR CUMPRIDAS: § 1º - DEFERIDA A PRIORIDADE, OS AUTOS RECEBERÃO IDENTIFICAÇÃO PRÓPRIA QUE EVIDENCIE O REGIME DE TRAMITAÇÃO PRIORITÁRIA.

Se essa redação deixar alguma dúvida à Suas Excelências, então serei obrigado a desenhar. Espero que não.

Bem. Esperar é cultivar o poder da paciência. Então, paciência. Que se cumpra a Lei e ferre-se quem não tiver tempo para esperar.

Que saudade do Água de Haia: “Justiça tardia, não é justiça, mas INJUSTIÇA”.



Reinaldo Coelho

ARTIGO DO REI

MEUS NETOS... UM PRESENTE DE DEUS!

Há cinco dias ganhei de novo o quarto melhor presente do mundo, através da notícia de que você, meu neto Razi, estava a caminho. Os meus outros três presentes foram a notícia da chegada de Valéria, irmã do caçula Razi, filhos da minha amada filha Vanessa e Daniel e Elisa, filhos do meu primogênito Reinaldo Nascimento Jr.

Posso me considerar um homem abençoado por Deus, porque tenho dois filhos biológicos e aqueles que o Pai celestial me entregou para fixar e nascer do coração, que são meus sobrinhos e sobrinho-neto, não enumero porque são dezenas. Uma família Coelho que começou com seis filhos e hoje está dizimando herdeiros, cumprindo literalmente o poder do ‘coelho’. (rsrs)

Quando nascem nossos primeiros filhos, começamos a compreender o quanto é importante a vida. Nós os amamos tanto e com tamanha intensidade que chegamos a pensar que não podemos amar alguém com maior clamor e certeza.

Mas, com o tempo, a gente aprende que quando mais novo não podemos calcular quanta alegria um neto é capaz de



trazer. Neto é um presente de Deus.

Desde terça-feira estou em estado de graça. Meu neto nasceu, é o caçula, filho da minha amada filha Vanessa Menezes. Somente de vê-lo através de uma imagem enviada para mim pela sua avó Valdinete de Manaus, me transformou ao ver e sentir esse “anjinho” tão pequeno e tão grande ao mesmo tempo, que atravessa meu caminho, brilhando como uma estrela, com muita luz e tantos sonhos, cheio de energia e vontade de descobrir o mundo, com seu jeitinho próprio de ser feliz e vi-

ver...

Paro... olho aquela criaturinha que exala amor, alegria, pureza... e a mais pura felicidade... Sim! Ele já é feliz... é uma criança no mais puro significado que um avô pode enxergar... É como brisa fininha, que exala amor pelos quatro cantos da casa, trazendo energia e ao mesmo tempo calma e calor.

Meu neto traz um brilho diferente, um rosto iluminado pelas bênçãos do Criador, que deverá fazer com que minhas aflições e minhas dores desapare-

çam enquanto sua doce voz me chamar de vovô enxugará qualquer tristeza que possa existir em meu coração, acendendo o brilho nos meus olhos e a chama de meu coração. Pois é assim que me sinto, quando recebo a ligação da minha neta Valéria e Elisa e do meu neto Daniel, que agora perdeu o principado para o caçula da família, mas continua merecendo todo o nosso amor.

Sei que muitos vão saber o que descrevo por ter a felicidade de também serem avós, vão relembrar a alegria que somente quem é avô ou avó percebe quando está com seus netos, chegando a ouvir sua voz mesmo quando não estão por perto, mas que ecoa com todo encantamento quando pensamos neles, dando aquela aceleração no coração ao fechar os olhos e ouvir... vovô.

Mas muitos que agora estão lendo este artigo ainda não passaram por esta experiência inigualável, pois quando falamos de nossos netos, falamos de sonhos maravilhosos, de amor puro, de vida, de uma criaturinha vinda do Paraíso Celestial, de um ser que inunda de felicidade todo o caminho por onde passa, porque meus netos, são presentes de Deus!

Jarbas de Ataíde
Médico

DRENAGEM LINFÁTICA ALÉM DA ESTÉTICA CORPORAL

Embora popularizada nos tratamentos estéticos, contra a celulite e gordura localizada, a drenagem linfática fisiológica (DL) vai além dessa finalidade. Muito pouco se fala ou se comenta no meio médico sobre o sistema linfático, que possui funções eminentemente imunológica e anabólica, ou seja, é responsável não só da eliminação de líquido corporal, mas, sobretudo, no combate a germes patogênicos e protetor contra o câncer.

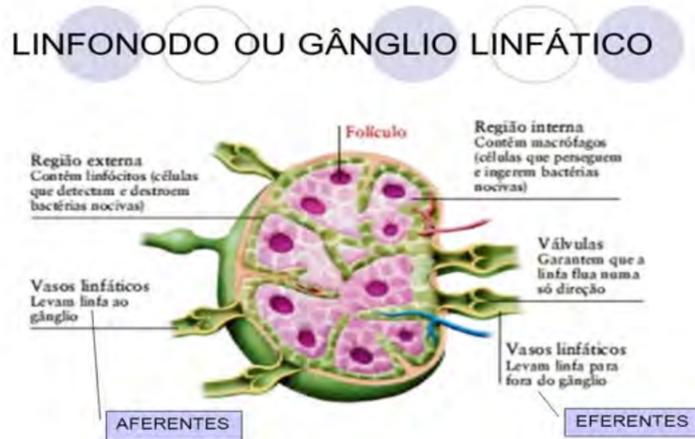
Apesar dos estereótipos corporais estarem na moda nos tratamentos estéticos, levados pela "ditadura" do corpo esbelto e magro, não se deve esquecer que a DL fisiológica desempenha diversas funções: resposta imune (resistência e defesa orgânica), limpeza e proteção contra microrganismos e absorção de ácidos graxos.

Os linfonodos (ínguas) são expansões nodulares ovaladas, distribuídos ao longo do corpo, por onde passa a linfa conduzida pelos vasos linfáticos, a qual sofre uma verdadeira limpeza antes de chegar à corrente sanguínea. Neles ficam retidos germes patogênicos e cé-

lulas mortas ou cancerígenas. Existem cerca de 400 a 600 no corpo. Possuem linfócitos B e C, responsáveis pela produção de anticorpos e macrófagos, que ingerem bactérias nocivas.

As cadeias de linfonodos se concentram grupos nas seguintes regiões: cervical (pescoço), axilar, fossa olecraniana (cotovelo), ducto torácico, pré-aórtico, inguinal (virilha) e losango poplíteo (jelho) e nas paredes do intestino.

O sistema linfático é composto de órgãos e vasos linfáticos. Conduzem numa só direção e filtram a linfa, de maneira centrífuga e de baixo para cima. Os ór-



gãos são o timo, baço, amígdalas palatinas, auxiliado pelo fígado. A linfa é produzida no tecido intersticial (entre as células) e pelo intestino delgado e fígado, recolhida pelos vasos linfáticos.

Fisiologicamente ocorre passagem de líquido dos capilares sanguíneos para o espaço intersticial. Parte retorna ao sangue e outra parte vai para a circulação linfática. Quando há acúmulo nesse espaço, ocorre inchaço no tecido conjuntivo e congestão nos órgãos, gerando edema. Vários fatores causam edema: sanguíneos (aumento da permeabilidade capilar e pressão capilar e diminuição das proteínas plasmáticas) e linfáticos (acúmulo de proteína no espaço intersticial).

Esse acúmulo de líquido entre o sangue, os tecidos e os vasos linfáticos fica

prejudicado devido: alteração da resposta imunológica, da concentração celular, da concentração proteica e outras partículas, degeneração das paredes dos vasos linfáticos e formação de fístulas linfocelulares.

Vários são os métodos e terapias integrativas que aumentam a velocidade da circulação linfática e nos vasos e ductos, e facilitando a chegada da linfa até os gânglios linfáticos, que serão tratados nos próximos artigos: massoterapia, Bambuterapia.

As indicações de DL são variadas: edema tecidual, facilitar a circulação sanguínea de retorno, musculatura tensa, sistema nervoso abalado, tratamento de acne, celulite (lipodistrofia ginóide), tratamento de rejuvenescimento, no pré e pós-operatório de cirurgia plástica.

Em geral, o sistema linfático é tão importante para a manutenção da saúde do organismo, pois promove a remoção de agentes patogênicos como bactérias, fungos, vírus, células mortas, glóbulos vermelhos que saíram da circulação e células metastáticas (células cancerosas).

Artigo do R. Juarez

Rodolfo Juarez

rodolfojuarez@gmail.com



PARA ONDE VAI O CARNAVAL AMAPAENSE?

Depois da empolgação trazida pelos carnavais da segunda metade da década de 1990 e de grande parte da década de 2000, a década de 2010 está conseguindo consumir todas as conquistas acumuladas desde os primórdios dos desfiles das escolas de samba na Praça Barão, depois na Avenida FAB e no Sambódromo.

No carnaval dos três últimos anos não só o Sambódromo ficou em silêncio e sem o desfile das escolas de samba.

Também as comissões de frente, mestres-salas e porta-bandeiras deixaram de evoluir, os carros alegóricos não saíram dos barracões, a rainha de bateria não se apresentou e as próprias baterias calaram e não permitiram que os enredos fossem desenvolvidos e os interpretes pudessem cantar a todo fôlego.

Os brincantes não desfilaram e os torcedores não torceram. As equipes de apoio não apoiaram e os ambulantes não venderam. A imprensa

não registrou, os espectadores ficaram em casa, mas todos se perguntando: para onde vai o carnaval amapaense?

O carnaval do Amapá que chegou a ser classificado como o mais importante da Amazônia, e um dos mais qualificados do Brasil encolheu, murchou e só não desapareceu completamente porque o calendário não permite e por ter, os foliões, ido atrás de alternativas e inventado o carnaval de Santana e mantido o carnaval de blocos, embora sem maiores pretensões a não ser brincar o carnaval.

Não faz tempo que a pista da Avenida Ivaldo Veras era disputada por muitos e, pelo menos 40 mil pessoas participavam, diretamente, do carnaval amapaense e movimentavam valores que eram significantes para os grandes, médios e pequenos empresários e para aqueles que exerciam a atividade comercial apenas no período do carnaval – os ambulantes. Além desses as costureiras e costureiros, os interpretes, os core-

ógrafos e tantos outros profissionais participavam do projeto carnaval, impulsionando a economia, a cultura e dando oportunidade para os lazeres particulares.

Nos últimos três anos a criatividade dos carnavalescos do Estado do Amapá foi congelada por um grupo que está tendo dificuldades para justificar a interrupção, a falta de compreensão da realidade e, principalmente, deixando de reconhecer a capacidade criativa daqueles que poderiam estar comandando o carnaval no Amapá e se deixaram dominar por aqueles que nunca vão interpretar o carnaval como uma festa do povo e sim como uma janela para mostrar seu egoísmo e seus sonhos.

Mas a situação tem muito a ver com a interpretação da realidade de parte daqueles que assumiram a responsabilidade pela gestão dos interesses da população. Não é possível que não haja a percepção da importância do evento que no resto do Brasil só cresce e o setor público não

tenha interesse em colocar-se parte do ambiente favorável para proporcionar oportunidade de festa para um povo que está desaprendendo a comemorar suas próprias conquistas.

Colocar a desculpa na crise é desconhecer a capacidade de superação de uma população que precisa apenas de oportunidades. Não dá para aceitar a punição da população só porque ela reclama dos serviços de saúde pública, de educação pública e da segurança pública.

Confundir essas coisas é encomendar a tristeza para os mais carentes, aqueles que não têm voz, mas que tem a maior dependência das decisões dos governantes.

O carnaval amapaense pode ficar reduzido à Banda, aos poucos blocos e às muitas reclamações daqueles que querem apenas um motivo para ver que podem ser iguais aos outros e que crises se vence com alegria, competência e compromisso, não com abandono, descaso ou desculpa.



A "Vila da Luanna" estava em festa no último dia 06. A gatinha comemorou seu aniversário ao lado de seus pais e familiares. O TA deseja muitas felicidades e saúde pra essa princesa!



CONTATO: (96) 98115-5547 / 99146-2427 / 99116-6419
REDES SOCIAIS: @RED_BALLOONAP INSTA / FACEBOOK: RED BALLON

CASAMENTO
EVENTOS CORPORATIVOS
ADULTO

BABY CHÁ
CONFRATERNIZAÇÕES

15 ANOS
ANIVERSÁRIO INFANTIL
TEENS

RUA HAMILTON SILVA, 159, JESUS DE NAZARE
ENTRE ANA NERY E GENERAL OSÓRIO

96 98115-5547
96 99116-6419

@tio_pingo INSTAGRAM
CONTATO: (96) 99116-9899 / 98133-3373
FACEBOOK.COM/PINGO.PINGO.773

Palhaço PINGO

Animação de Eventos

ANIMAÇÃO DE FESTA EM GERAL
* Baby Chá * Confraternização
* Ação Social * Animação em Escolas
* Brincadeiras * Circos
* Competições * Esculturas de Balões * Pintura Facial * Correr Pingo

@tio_pingo INSTAGRAM

LOCALIZAÇÃO
Av. Amazonas, 843, Prédio:
www.facebook.com/pingo.pingo.773